



GDF - Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer
Coordenadoria Regional de Ensino do Paranoá
Escola Classe Lamarão

Proposta Pedagógica
Escola Classe Lamarão
Ano: 2021

SUPER

Sumário

1- Apresentação	3
2- Historicidade	4
3- Diagnóstico da realidade	4,5,6,7
4- Função social da escola	8
5- Princípios orientadores	9,10
5.1- Princípios da educação integral	10,11
5.2 - Princípios da educação do campo	12
5.3 - Princípios da educação inclusiva	13
6- Missão e Objetivos da educação	14
6.1- Objetivos institucionais	14
6.2- Objetivos de ensino	14
6.3 – Objetivos de aprendizagens	15
7- Fundamentos teóricos metodológicos	15
7.1 – Pedagogia histórico crítica	18
7.2 – Psicologia histórico cultural	19
8 - Organização do trabalho pedagógico	19
8.1- Plano de ação da coordenação pedagógica	21
8.2 – Metodologias de ensino adotadas	25
8.3 – Estratégias de valorização dos profissionais	26
9 - Estratégias de avaliação	27
9.1 - Dos registros de avaliação	29
9.2 – Das Provas e testes	29
9.3 - Do Acompanhamento e avaliação	29
9.4 – Da Recuperação	31
9.5 - Do conselho de classe	32
10 - Matriz curricular	34
10.1- Da Educação Infantil	34
10.2- Do Ensino fundamental de 9 anos – Anos Iniciais	35
11 – Organização curricular	36
11.1 – Um currículo voltado para aprendizagens significativas	36
11.2 – Da educação infantil	37
11.3 – Do ensino fundamental	39
12 - Plano de ação para a implementação do PPP 2021	
13 - Projetos Específicos	
14 - Cronograma Bimestral	
15- Referências Bibliográficas	
15 – Anexos	

1 – Apresentação

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Lamarão orienta-se pela compreensão de que o processo educacional é uma "atividade mediadora", no contexto sócio - econômico - cultural de uma nação. Neste sentido, busca construir um processo educativo centrado, numa concepção humanista que pressupõe historicidade do ser humano na plenitude de suas relações sociais.

A Proposta Pedagógica é resultado do trabalho coletivo de professores, representantes de alunos e pais, equipe pedagógica, funcionários e direção. Tem o objetivo maior de consolidar o compromisso de toda comunidade de ensino ofertada. Também, pretende constituir-se como referencial para a práxis pedagógica. Neste particular, projeta uma proposta de ação - reflexão em direção a construção de uma escola - cidadã.

A construção da escola cidadã se orienta pelo investimento na formação da cidadania, no compromisso com a gestão democrática e na valorização do magistério.

Essa Proposta Pedagógica, manifesta a intencionalidade de toda comunidade escolar em compartilhar responsabilidades, para viabilizar práticas educativas emancipadoras e articuladas com o mundo do trabalho e das múltiplas atividades humanas. Assim, a missão da Escola Classe Lamarão se apresenta com o propósito de: Ser uma escola - cidadã que oferta educação básica promovendo permanentemente a difusão de valores fundamentais ao convívio social, a produção e socialização do conhecimento, o desenvolvimento da capacidade de aprender, da autonomia intelectual e do pensamento crítico e o aprimoramento do educando como pessoa humana.

Também se ressalta que essa Proposta Pedagógica não está “pronta”, mas tão somente reflete uma parte da caminhada educativa que se pretende servir como diagnóstico para o redirecionamento dos objetivos formadores aqui construídos.

O documento que apresentamos é um marco na história de nossa Escola, não só pelo tempo que todos os nossos profissionais dedicaram à sua construção, mas, especialmente, porque evidencia **quem somos, o que fazemos, por que fazemos, e onde queremos chegar.**

A nossa Proposta Pedagógica contém profundidade bem como valor por si mesmo, mas ganhará força, vitalidade na prática educativa e, principalmente, nos resultados que serão alcançados por meio do crescimento e do desenvolvimento de nossos alunos. Somos todos autores deste documento: foi escrito por nós. Almejamos que possa ser, de agora em diante, a grande luz que vai dar vida aos nossos sonhos de educadores, de cidadãos e de seres humanos.

Esta proposta prevê a nova rotina de trabalho, dentro da modalidade de aulas remotas em que nos encontramos. Neste sistema online utilizamos a plataforma Google Classroom em consonância com o Currículo em Movimento do DF.

2 – Historicidade

A Escola Classe Lamarão, localizada na BR 251 km 06 DF 285 VC 441, Núcleo Rural Lamarão, Paranoá / DF foi construída em 1979, tendo seu funcionamento iniciado em fevereiro de 1980. Por se tratar de escola rural inserida em uma comunidade com apenas 28 chácaras seu número de alunos era abaixo de cem (100). Havia poucos professores e as turmas eram multisseriadas. Até o ano de 1993 não possuía diretora, o cargo era ocupado por uma professora intitulada “responsável”, que também atuava em sala de aula e somente no ano de 1994 foi criado o cargo de “diretor para escolas rurais”. Em 1995 foi implantada a modalidade de pré-escola.

A escola enfrentou problemas quanto à lotação de professores, todos os anos chegavam pessoas novas para atuarem com os alunos, dificultando a adaptação de todos. Muitas vezes recebiam contratos temporários que desde o início do ano já sabiam que não dariam prosseguimento ao trabalho devido à distância.

A comunidade era composta de pessoas muito simples e de baixo poder aquisitivo, precisando sair durante a semana para encontrar outros trabalhos. Nas 28 chácaras existentes no ano de 1980, seus proprietários ou os caseiros plantavam hortaliças ou criavam pequenos animais.

Hoje a Escola Classe Lamarão conta com uma estrutura física adaptada para atender ao seu público, contendo: 06 salas de aula, 01 cozinha, 02 banheiros masculinos infantil, 02 femininos infantil, 01 banheiro adaptado para acessibilidade, 01 sala de professores com banheiros, 01 depósito pedagógico, 01 cozinha com refeitório para os professores, parquinho com piso emborrachado, área livre com piso intertravado e pergolado, 01 sala de direção com banheiro, 01 sala de secretaria, 01 sala de reunião. Ressalta-se que 02 salas de aula são divididas por divisória.

3 – Diagnóstico da Realidade

A Escola Classe Lamarão é uma escola do campo, situada na Colônia Agrícola Lamarão, localizada a aproximadamente 65 km do Paranoá, atende as modalidades de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, trabalhando com jornada de 5 horas diárias com os alunos e o professor coordenando 3 horas diárias.

Pequena parte da clientela atendida é do próprio Núcleo Rural Lamarão, a maioria vem das grandes e pequenas fazendas que ficam próximas à escola e devido à grande demanda temos atendido também alunos da região do PAD/DF.

Hoje a comunidade local é composta por quase 550 pessoas, na sua maioria trabalhadora das fazendas próximas, na colônia agrícola do PAD/DF, empresas da região e também de pequenos chacareiros produtores de hortaliças.

A escola atende atualmente 191 alunos, distribuídos em 12 turmas, 06 no período matutino e 06 no vespertino.

A previsão de atendimento na Educação Integral é de 101 estudantes em três dias da semana com jornada de 10 horas. Devido à suspensão de aulas presenciais o atendimento à educação integral está suspenso e será retomado com as aulas presenciais. Para

atender os alunos contamos com 01 (uma) coordenadora, educadores sociais voluntários e oficinairos. O atendimento é realizado no Centro Comunitário, já que a escola não dispõe de espaço físico.

A escola apresenta neste ano de 2021 o quantitativo de 12 professores regentes distribuídos nas 12 turmas; 02 coordenadores pedagógicos, sendo que um atuará na educação integral, 02 professores readaptados que atuam como apoio e suporte pedagógico e 01 orientadora educacional. Contamos com uma servidora da Carreira assistência, Noeli Teresinha Fritsch Walendorff, que atua como chefe de secretaria da escola, 1 diretora e 1 vice diretora.

Turmas do matutino:

1º ano A com 12 alunos;

1º ano B com 12 alunos;

2º ano A 15 com alunos (integração inversa);

2º ano B com 22 alunos

3º ano A com 14 alunos (integração inversa);

3º ano B com 13 alunos.

Turmas do vespertino:

1º período A com 20 alunos;

2º período A com 15 alunos (integração inversa);

2º período B com 17 alunos;

4º ano A com 25 alunos;

5º ano A com 13 alunos (integração inversa);

5º ano B com 11 alunos.

Equipe gestora:

Cláudia dos Santos Versiani – diretora

Aline Daniele Soares – vice-diretora

Corpo docente:

Alenir Azevedo Ramiro de Mendonça

Antônia Aparecida Braga da Silva

Cássia da Piedade Laboissiere

Elaine Felizardo Maciel

Érica de Fátima Pereira Tatsch

Francisca Francilene Nascimento

Gisele Coimbra de Andrade

Jéssica Silva de Sousa
Julcilene Alves Lopes
Júlia Cecília Pereira de Souza
Meire da Conceição Severino
Neide Aparecida Fernandes Carvalho
Nilma Vitor Calazans de Araújo
Rafael de Almeida Marques
Rita Alvim
Tatiane da Costa Vieira

Carreira Assistência à Educação (CAE):

Noeli Teresinha Fritsch Walendorff

Coordenadores:

Soraia Pereira da Silva (atua na Educação Integral).

Meire da Conceição Severino

Orientadora educacional:

Julcilene Alves Lopes

Profissionais da limpeza – Juiz de Fora:

A escola conta com **04 servidores** responsáveis pela limpeza da escola:

Evani Vieira de Souza
Raiane Vieira Pacheco
Silvania Cardoso dos Santos
Ana Paula Soares Martins

Profissionais da cozinha – G&E:

A cozinha possui 03 merendeiras responsáveis por preparar os lanches para os alunos da escola:

Elizandra de Lima Silva Santos
Ellen Cristina
Luzianete Gomes da Silva

3.1 -Dificuldades enfrentadas

Sabendo que a criança é impactada pelo meio social e cultural, pensar no espaço físico escolar adequado é fundamental e este é um grande desafio que enfrentamos. A educação integral funciona no auditório do centro comunitário em espaço improvisado, perdemos o refeitório para duas salas de aula (improvisadas) para atender as demandas da região. Lutamos há alguns anos pela ampliação da escola para assim melhorarmos a qualidade do trabalho realizado. A escola não possui uma quadra para a realização das atividades de educação física e a única área coberta para os estudantes é o pátio.

Devido à distância da RA Paranoá, alguns serviços básicos como energia e água torna-se um problema, havendo demora no atendimento quando solicitado. No período de seca falta água na região, tendo anos que houve necessidade de redução e até suspensão de aula.

Um problema enfrentado na escola e na comunidade é o fornecimento de internet, pois contamos com poucos fornecedores deste serviço, que não consegue atender toda a comunidade com uma velocidade de navegação eficiente. Por vezes ficamos sem acesso a internet ou a mesma é limitada, dificultando o trabalho realizado via sistema como Sei, e-mail, Sigep e outros.

Instituições escolares existentes no Estabelecimento de Ensino

Conselho escolar:

Cláudia dos Santos Versiani

Alenir Azevedo Ramiro de Mendonça (presidente)

Noeli Teresinha Fritsch Walendorff (secretária)

Custódio Neris de Santana

Glayton Farley Jesus Oliveira (pai representando alunos)

Caixa escolar:

Cláudia dos Santos Versiani (presidente)

Aline Daniele Soares (vice-Presidente)

Érica de Fátima Pereira Tatsch (1º Secretário)

Antônia Aparecida Braga da Silva (2º Secretário)

Noeli Teresinha Fritsch Walendorff (1º Tesoureira)

Soraia Pereira da Silva (2ª Tesoureira)

Conselho Fiscal - Efetivos:

Elizandra de Lima Silva

Teúne Justo da Cruz

Cássia da Piedade Laboissiere

Conselho Fiscal Suplente:

Neide Aparecida Fernandes Carvalho

Evani Vieira de Souza

Silvania Cardoso dos Santos

4 - Função Social da Escola

Sendo a educação formal um ato social, que é pensado e organizado a partir das necessidades de uma sociedade, é primordial compreender qual é hoje a função social da escola pública. A função da escola é complexa, ampla e diversificada. Tem necessidade de dedicação exclusiva por parte do professor, necessidade de acompanhar as mudanças que se processam aceleradamente no campo de trabalho, atualizando o seu currículo e sua metodologia.

Os conteúdos curriculares devem estabelecer a relação entre teoria e prática, através de situações próximas da realidade do aluno, permitindo que os conhecimentos adquiridos melhorem sua atuação na vida cotidiana. A metodologia aplicada deve ensinar ao aluno fazer ligações entre o que aprende em sala de aula e o que exercita na prática diária.

A escola contextualiza o currículo, ministrando um conhecimento que faça sentido à vida do aluno. Estabelece uma relação entre o conhecimento e as ações do dia-a-dia. Em sala de aula, os alunos são caminhos a serem traçados e o professor, o agente condutor dessa ação. Na sua função social, o professor desenvolve competências para a vida, levando o aluno a interagir com o meio em que vive. Contudo, a escolaridade deve vir acompanhada de qualidade.

Outro ponto que para nós é muito claro e que torna a escola única é o seu objeto de trabalho, o conhecimento. E esse conhecimento não é qualquer conhecimento, é o conhecimento sistematizado, construído nas relações sociais sim, mas já reconhecido como formal e essencial, não para a formação do aluno, mas para o desenvolvimento da espécie humana.

Cabe à escola formar alunos com senso crítico, reflexivo, autônomo e conscientes de seus direitos e deveres tendo compreensão da realidade econômica, social e política do país, sendo aptas a construir uma sociedade mais justa, tolerante às diferenças culturais como: orientação sexual, pessoas com necessidades especiais, etnias culturais e religiosas etc. Passando a esse aluno a importância da inclusão e não só no âmbito escolar e sim em toda a sociedade.

5 - Princípios Orientadores

A Escola Classe Lamarão é uma escola do campo que prioriza a aprendizagem e a formação de pessoas compreendidas como sujeitos das relações produzidas, buscando sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação. Partindo de uma Epistemologia Construtivista que é centrada na relação. Não é centrada no aluno nem no professor, pois o que se trabalha nessa proposta são as relações dentro da sala de aula. O professor acredita que o aluno só aprenderá alguma coisa, isto é, construirá algum conhecimento novo, se apropriará significativamente do novo saber, se ele agir e problematizar a sua ação.

Dessa forma, adota como base norteadora para gestão de seu trabalho, projetos e ações que visam uma educação integral, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela, na perspectiva de uma pedagogia histórico-crítica. O objetivo maior desta instituição centra-se nos seguintes fins e propósitos: aprendizagem e formação.

Assim, os princípios orientadores, estabelecidos por esta Unidade de Ensino para orientar nossa prática educativa, foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição, da LDB vigentes e do currículo em movimento, o Plano Distrital de Educação (PDE), a Portaria 419 (Política de Educação Básica do Campo).

- A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais, civis e sociais;
- A Educação Básica constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectivas de continuidade articulada entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são da vida cidadã;
- A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão condições de responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender;
- Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, igualdade e identidade, essenciais à formação integral do educando, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho docente, discente, gerencial e administrativo;
- A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada;

- A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual;
- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam as necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos, direito a equidade, igualdade e de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente;
- Promover o respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- Perceber o desenvolvimento das Unidades Escolares que atendem aos sujeitos do campo como espaços públicos de formação, pesquisa e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- Realizar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, reconhecendo suas diferentes formas de organização;
- Compreender o desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas da população do campo, quais sejam: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva, identificadas por meio de um inventário da escola e da comunidade (Inventário Social, Histórico e Cultural), como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral, de forma que os saberes e fazeres do povo camponês constitua-se referência para a práxis pedagógica;
- Realização da organização pedagógica pautada no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade, por meio de processos democráticos participativos, e na alternância regular de períodos de estudos, como princípio e como método, quando se aplicar.

5.1 – Princípios da Educação Integral

Os princípios da Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal a serem observados pelas escolas no planejamento, na organização e na execução das ações de Educação Integral são:

- **Integralidade:** a educação integral é um espaço privilegiado para se repensar o papel da educação no contexto contemporâneo, pois envolve o grande desafio de discutir o conceito de integralidade. É importante dizer que não se deve reduzir a educação integral a um simples aumento da carga horária do aluno na escola. Integralidade deve ser entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Esse processo formativo deve considerar que a aprendizagem se dá ao longo da vida (crianças, adolescentes, jovens e adultos aprendem o tempo todo), por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Assim, propõe-se que cada escola

participante da Educação Integral no Distrito Federal, ao elaborar seu projeto político pedagógico, repense a formação de seus alunos de forma plena, crítica e cidadã.

- **Intersetorialização:** O desenvolvimento integral das crianças e adolescentes não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidade. É o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela educação integral. Para que territórios, escolas e instituições educativas respondam a esse desafio, é necessário que se forme uma rede intersetorial (com habilidades e expertises diversas) capaz de olhar para as diversas dimensões de um indivíduo: física, intelectual, social, afetiva e simbólica.
- **Transversalidade:** a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola deverá garantir uma Educação Integral que pressupõe a aceitação de muitas formas de ensinar, considerando os diversos conhecimentos que os alunos trazem de fora da escola. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade.
- **Diálogo Escola e Comunidade:** as escolas que avançaram na qualidade da educação pública foram as que avançaram no diálogo com a comunidade (BRASIL, 2008). Na Educação Integral é necessária a transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida. Assim, o projeto pedagógico implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares.
- **Territorialidade:** significa romper com os muros escolares, entendendo a cidade como um rico laboratório de aprendizagem. Afinal, a educação não se restringe ao ambiente escolar e podem ser realizados em espaços da comunidade como igrejas, salões de festa, centros e quadras comunitárias, estabelecimentos comerciais, associações, posto de saúde, clubes, entre outros, envolvendo múltiplos lugares e atores. A educação se estrutura no trabalho em rede, na gestão participativa e na corresponsabilização pelo processo educativo. Torna-se necessário enfrentar o desafio primordial de mapear os potenciais educativos do território em que a escola se encontra, planejando trilhas de aprendizagem e buscando uma estreita parceria local com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, com vistas à criação de projetos socioculturais significativos e ao melhor aproveitamento das possibilidades educativas.
- **Trabalho em Rede:** todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino.

Pensar e desenvolver um projeto de educação integral pressupõe reconhecer as fragilidades de um modelo de educação que tem dificultado o acesso ao conhecimento em todas suas formas de manifestação e contribuído para aprofundar o fosso social entre os estudantes.

O projeto de educação integral orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola.

5.2 – Princípios da educação do Campo

Através da construção do inventário participativo que retrata a realidade desta comunidade é possível realizar um trabalho que vá de encontro aos anseios e da história de luta social de seus pares.

O termo “Educação do Campo”, conceito forjado em 1998 na “Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo” 14 – CNEC traz importantes significado, contrapondo-se ao termo Escola Rural. Em primeiro lugar, estamos tratando de um novo espaço de vida, que não pode resumir-se na dicotomia urbano/rural. O campo é compreendido como “um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, étnica, cultural, ambiental dos seus sujeitos”. (II CONFERÊNCIA, 2004).

A principal luta da Educação do Campo tem sido no sentido de garantir o direito de uma educação no e do campo, isto é, assegurar que as pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve ocorrer a partir de sua própria história, cultura e necessidades. Educação do Campo é mais do que escola, inclui uma luta prioritária que é ter a escola próxima à população, pois ainda hoje boa parte da população do campo não tem garantido seu direito de acesso à Educação Básica (BARBOSA, 2012).

Para a Educação do Campo, o debate sobre a educação é indissociável do debate sobre os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira e o papel do campo nos diferentes modelos, ou seja, o campo precede a educação. Portanto, a especificidade mais forte da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual se enraíza. O debate pedagógico encontra seu sentido e significado vinculado à luta pela Reforma Agrária, pois não tem sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. O território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre as pessoas e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano.

A Educação do Campo ajuda a produzir um novo olhar para o campo. E faz isso em sintonia com uma nova dinâmica social de valorização deste território e de busca de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele. Uma dinâmica que vem sendo construída por sujeitos que já não aceitam mais que o campo seja lugar de atraso e de discriminação, mas lutam para fazer dele uma possibilidade de vida e de trabalho para muitas pessoas, assim como a cidade também deve sê-lo, nem melhor nem pior, apenas

diferente, uma escolha. É a materialidade de origem da Educação do Campo que define seus objetivos, suas matrizes e as categorias teóricas que indicam seu percurso. A Especificidade da Educação do Campo é, portanto, o campo, seus sujeitos e seus processos formadores.

5.3 Educação inclusiva

Toda criança tem direito à educação e oportunidades de atingir um nível adequado de aprendizagem. Este grande princípio é fundamental e ele trata justamente de que todas as crianças, sejam elas especiais ou não, têm o direito de atingir um nível adequado de aprendizagem. E este nível de aprendizagem só é atingido quando escolas regulares assumem a missão e a obrigação de educar e desenvolver plenamente estudantes que possuem necessidades especiais.

As características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas. Todos são diferentes entre si. E este é um princípio fundador da educação inclusiva. **Inclusive, o ideal, na hora de lecionar e apresentar práticas pedagógicas inclusivas** é olhar as habilidades e individualidades dos estudantes e não suas limitações. Além destes princípios gerais, a LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação) também versa em seu artigo 3º, inciso I sobre a igualdade de condições de acesso.

Segundo dados da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quase 1 bilhão de pessoas no mundo são portadores de deficiência. A entidade também destaca que as crianças representam cerca de 10% desse contingente.

Incluir é integrar, abranger a todos, sem exceção. Uma educação inclusiva **integra os alunos com necessidades especiais**, em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanística. Essa visão entende que cada aluno tem suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade e não como problema. Portanto, os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) **fazem parte da rotina das escolas**.

Na educação inclusiva, os **espaços são adaptados para o convívio de todos**, assim como os materiais utilizados nas atividades. Mas a educação inclusiva não se limita a isso. É uma educação que busca identificar todo e qualquer obstáculo que o aluno possa enfrentar e eliminar as barreiras.

Há que se perceber que não apenas alunos com algum tipo de deficiência necessitam de uma educação inclusiva. Os estudantes com transtornos globais de desenvolvimento ou de espectro autista e ainda alunos com altas habilidades ou superdotação também necessitam de um olhar especial. Os grupos acolhidos pela educação inclusiva devem recebê-la de forma pautada nos seguintes princípios e fundamentos:

- Toda pessoa tem o direito de acesso à educação
- Toda pessoa aprende
- O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular
- O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos
- A educação inclusiva diz respeito a todos.

A EC Lamarão adota práticas inclusivas em todas as situações do ambiente escolar garantindo os direitos e atenção à criança especial. É primordial colocar em prática a

adequação curricular elaborada de forma coerente com a necessidade de cada estudante com necessidade especial de aprendizagem alinhado com o currículo em movimento.

6. Missão e Objetivos da educação

O objetivo da educação na escola pública é atingir a qualidade social para todos e cada um dos seus alunos; garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade; desenvolver as diversas habilidades; contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico; para ter visão de mundo coesa, coerente e consistente; resolver conflitos individuais, de grupos e coletivos; alicerçada em valores éticos; estimular, promover e oportunizar o processo de construção coletiva, participativa na sociedade para manter e/ou transformá-la de forma consciente, crítica, criativa e responsável.

6.1 - Objetivos Institucionais

- Ofertar um ambiente escolar com práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel transformador da realidade;
- Organizar de forma eficiente as oportunidades de acesso ao saber historicamente produzido pela sociedade, dispostos em áreas do conhecimento, objetivos, conteúdos e portadores de informação (livros, revistas...);
- Promover a socialização da criança, enriquecendo suas experiências e favorecendo o desenvolvimento de valores e da cultura de paz;
- Proporcionar à criança um ambiente rico de estimulações para aquisição de hábitos e atitudes necessárias ao seu bem-estar e da sociedade;
- Desenvolver a compreensão e respeito aos direitos e deveres da pessoa humana, da família, do cidadão, do estado e dos demais grupos sociais, possibilitando ao aluno uma interação consciente e efetiva, demonstrando atitudes de valorização e respeito frente às diferenças;
- Favorecer o desenvolvimento de habilidades, competências necessárias nos anos iniciais do ensino fundamental.

6.2 Objetivos de ensino

A educação deve promover a liberdade do aluno, ensinando-o a lidar eficientemente com seu ambiente e a agir por si próprio, tornando-se independente de outros que lhe digam o que deve fazer, aprendendo a alterar os fatores determinantes de seu comportamento, estabelecendo condições que fogem aos padrões pré-estabelecidos, a fim de que o aluno possa reagir a vários tipos de controles externos e a emitir respostas que são comumente caracterizadas como originais. É necessário arranjar o ambiente educacional a fim de permitir ao aluno o desenvolvimento de um extenso repertório comportamental, que inclua diferentes comportamentos necessários para produzir efeitos sobre a realidade e sobre si mesmo.

A definição do conteúdo do ensino deve ser um trabalho coletivo, do qual devem participar outros profissionais, além do professor. Não obstante o professor ser o

responsável por saber o que pode ser ensinado no tempo estipulado pelas agências reguladoras e como o conteúdo deverá ser ensinado, especialistas em áreas do conhecimento podem sugerir alguns pontos relevantes a serem trabalhados em sala de aula.

6.3 Objetivos das aprendizagens

Os objetivos de aprendizagem apresentados nas normativas pedagógicas da SEEDF, pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013) visam:

1. Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade;
2. Promover as aprendizagens mediadas pelo pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos;
3. Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos históricos geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial;
4. Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes;
5. Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo estudantil.

Para que os estudantes alcancem os objetivos de aprendizagem, é fundamental que o Currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, sendo, para tanto, imprescindível a organização do trabalho pedagógico da escola.

A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser desafiadora e provocativa, levando em conta a construção dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados. Um ambiente educativo com recursos variados, materiais didáticos atrativos e diversificados e situações problematizadoras que contemplem todas as áreas do conhecimento disponibilizadas aos estudantes são elementos capazes de promover as aprendizagens por meio da ação investigativa e criadora.

7 - Fundamentos teóricos metodológicos

Acreditamos que o envolvimento do educador exerce grande influência em sua conduta docente. As relações pedagógicas que têm lugar na sala de aula decorrem de fundamentos epistemológicos diferenciados, que se concretizam na medida em que o professor traça objetivo, seleciona conteúdos, prepara e desenvolve suas aulas, realiza avaliações e posiciona-se política, ética e ideologicamente diante de seus alunos. Por isso,

é de suma importância a opção clara por uma epistemologia que sedimente nossas ações educacionais, de acordo os propósitos estabelecidos. Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, privilegiando estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida. Proporcionando um ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. As relações pedagógicas restritas, autoritárias, ameaçadoras e distantes não têm mais lugar no contexto das referências por nós abraçadas. Com o avanço das abordagens do processo ensino-aprendizagem, os dados de pesquisa demonstram serem as inter-relações em sala de aula, em torno de objetivos comuns, as que mais favorecem a aprendizagem de conteúdos, de comportamentos sócios afetivos e morais. Nas interações grupais, típicas do trabalho cooperativo, o afetivo, o social e o cognitivo interpenetram-se e completam-se no fortalecimento da autoestima do aluno, da convivência solidária e da visão de mundo que se constrói. É nas relações interpessoais que o sujeito sente a necessidade de ser coerente e lógico ao colocar seus pontos de vista. Nesses termos, as relações professor/aluno, aluno/aluno e demais envolvidos na ação educativa devem ser próximas, intensas, abertas o suficiente para permitirem as trocas efetivas favoráveis ao melhor termo do processo ensino-aprendizagem. A escola precisa dar ênfase à interação social e intelectual entre as crianças e enfatizar as relações grupais, diminuindo a concentração em atividades individuais.

O conhecimento a ser construído e transmitido tem uma dimensão histórica, portanto, não pode ser visto como estático como verdade absoluta. Os conteúdos socialmente elaborados e as estratégias cognitivas necessárias à sua internalização devem considerar o sujeito enquanto aquele que conhece, com suas particularidades, interesses e necessidades, e enquanto aquele que compartilha possuidor de uma bagagem social e cultural.

São indispensáveis os diálogos dos ao de vista, tendo como compromisso maior, a articulação com a realidade e sua transformação.

O conhecimento não é uma simples adição de novos elementos, de novas aquisições complementando um saber anterior. É um processo ativo, que vai e volta, corrigindo os "erros" iniciais ou os que se apresentam em seguida. Encorajar os alunos para descobrirem suas próprias soluções e para levantarem suas próprias perguntas é nossa postura filosófica e política diante da educação.

O desenvolvimento de estratégias de aprendizagem deve ser, portanto, um dos objetivos primordiais da escolaridade.

A autonomia é uma conquista possível para os indivíduos, mas requer um longo caminho. O processo é uma verdadeira construção que se realiza no interior do sujeito e não uma simples incorporação de elementos externos, de hábitos e condicionamentos. Autonomia é um princípio básico tanto para o desenvolvimento do aluno, como do educador e da escola.

No ambiente escolar, cada um precisa refletir constantemente sobre sua prática, sobre seu papel. É necessário conhecer cientificamente o modo como as crianças e os jovens aprendem a reinventar sua própria maneira de planejar e agir.

Para traduzir os conhecimentos pedagógicos em práticas educativas cada vez mais ricas, é fundamental que a reflexão individual seja discutida com o conjunto dos colegas empenhados no alcance de finalidades comuns.

Precisamos, pois, rever mecanismos de planejamento articulado e de trabalho cooperativo entre os educadores, visando à formação do aluno regida pela complexidade dos conhecimentos, do mundo e da vida em sociedade.

A partir da análise crítica das práticas educativas exercidas pelos educadores da Escola Classe Lamarão, elaboramos os pressupostos, buscando contribuições de diversas áreas de conhecimento, submetendo-as ao crivo das demandas, lacunas e problemas propriamente pedagógicos que enfrentamos.

Do esforço coletivo e da reflexão sobre a prática pedagógica, resultaram os pressupostos relacionados neste documento e que assumimos como orientação para o nosso trabalho:

a) Pressupostos Sócio Antropológicos e Políticos:

- A preservação da espécie e da vida segundo os valores humanos;
- O respeito pelos seres humanos independentemente de diferenças de sexo, etnia, cultura, classe social, religião e opiniões;
- A convivência democrática pacífica como base do desenvolvimento integral da pessoa e dos grupos sociais;
- A consideração do ser humano em sua totalidade e pluridimensionalidade física, emocional, afetiva, racional, política, ética e estética.

b) Pressupostos Psicológicos:

- O reconhecimento de que o desenvolvimento da pessoa e dos grupos ocorre a partir de processos internos de auto-organização;
- O reconhecimento da autoestima e da interação cooperativa como bases para o desenvolvimento;
- A construção da autonomia como objeto e expressão do processo de desenvolvimento.

c) Processos Epistemológicos:

- Conhecimento pode ser mais amplamente construído por meio da participação ativa dos sujeitos, da reflexão e da interação social;
- Conhecimento implica uma interação significativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento, processo que transforma a ambos;
- Conhecimento individual e coletivo são construções históricas, fundadas na linguagem.

d) Pressupostos Pedagógicos:

- Ensino e aprendizagem são processos distintos, mas não interdependentes: é o ensino que deve buscar o diálogo com a aprendizagem;

- Conteúdo a ser ensinado deve ser compreendido numa perspectiva ampla, de forma a incluir o que devemos saber, o que devemos saber fazer e o que devemos ser;
- Os tipos de relações que se estabelecem entre professores e alunos, entre alunos e alunos e desses com o conhecimento, são fatores determinantes da aprendizagem;
- A capacidade de aprender a aprender é a expressão máxima da competência e autonomia cognitiva e moral;
- Processo de ensino-aprendizagem deve favorecer a integração dos conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, éticos, estéticos e espirituais, em função da integridade dos sujeitos e de sua compreensão e atuação na sociedade globalizada em que vivemos.

e) No Processo Pedagógico, Cabe ao Professor:

- Reconhecer e valorizar o conhecimento construído pelo aluno;
- Fornecer informações e meios para que o aluno acesse, registre e processe por si mesmo, dados advindos de diferentes fontes;
- Propor ao aluno problemas e desafios que favoreçam a resignificação dos conteúdos;
- Refletir e levar o aluno a refletir sobre os processos e produtos do ensino-aprendizagem.

f) No Processo Pedagógico Cabe ao Aluno:

- Expressar e valorizar seus próprios conhecimentos e pontos de vista;
- Apropriar-se das informações e dos meios para acessá-las, registrá-las e processá-las;
- Envolver-se na solução de problemas e desafios;
- Formular, analisar criticamente e resignificar o saber socialmente estabelecido;
- Refletir sobre os processos e produtos do ensino-aprendizagem.

7.1 – Pedagogia histórico-crítica

A Pedagogia Histórico-Crítica é uma prática pedagógica que visa trabalhar o saber sistematizado transformando-o em saber significativo de modo que, no processo de transmissão e assimilação, o aluno seja capaz de realizar conexões relevantes entre as diversas disciplinas e a realidade contextual à qual ele faz parte, entendendo o conhecimento como historicamente elaborado. Esse processo parte da defesa pela escola, compreendida como uma instituição estabelecida histórica socialmente sendo a responsável pela socialização do saber sistematizado. É na escola que a Pedagogia Histórico-Crítica se enraíza, ainda que seus efeitos não sejam limitados a ela, mas estejam voltados para a prática social global.

A Pedagogia Histórico-Crítica compreende a escola enquanto um campo ideológico que reproduz uma visão de mundo vinculada aos interesses hegemônicos dos grupos sociais dominantes (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015), mas apropria-se desse sistema transformando-o desde a base, redirecionando o foco até então centrado na perspectiva imediatista do mercado para a prática social guiada pela síntese do conhecimento

sistematizado com a realidade. Geraldo (2014, p. 22 e 23) cita como ocupação da Pedagogia Histórico-Crítica “sistematizar o conhecimento sobre as práticas educativas, identificando sua especificidade no conjunto das práticas sociais, suas finalidades, suas formas, seu movimento, seu desenvolvimento”

Efetivamente, a pedagogia histórico-crítica entende a prática educativa como uma atividade mediadora no interior da prática social. Assim sendo, a primeira condição para se atuar de forma consistente no campo da educação é conhecer, da forma mais precisa possível, o modo como se encontra estruturada a sociedade na qual se desenvolve a prática educativa.

7.2 – Psicologia histórico-cultural

Psicologia e Educação caminham juntas com o propósito de contemplar educandos no processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento sistematizado como fundamentos científicos da educação e do exercício pedagógico.

A abordagem psicológica de Vigotski, subsídios que permitem apostar no desenvolvimento do sujeito como histórico e socialmente constituído. Nessa perspectiva a inteligência não é estática, mas dinâmica, podendo, portanto, evoluir, a partir de sua plasticidade, ser que modifica e, ao mesmo tempo, em um movimento dialético, é modificado, quando se desenvolve.

As contribuições de Vigotski para a educação estão relacionadas a questões como a relação entre aprendizado e desenvolvimento, o papel do brincar no desenvolvimento, a pré-história da linguagem escrita, o desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. Em seus estudos sempre está presente um pressuposto norteador da investigação: o aprendizado escolar como o produtor de algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança. No presente texto são tratados somente alguns conceitos a fim de contemplar os objetivos do projeto de pesquisa, portanto, um recorte dentre as contribuições de Vigotski.

O sujeito, para Vigotski, é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes - pais, irmãos, professores, colegas, amigos - fazem parte desse universo histórico-cultural e mediadores entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

8 – Organização do Trabalho Pedagógico

A Educação do Campo demarca uma concepção de educação em uma perspectiva libertadora e emancipatória que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho: educar os sujeitos para um trabalho não alienado, para a intenção em circunstâncias objetivas que produzem o humano. Se a educação tem seu papel na construção de outro mundo possível, deve assumir a função de libertar das formas de opressão (FREIRE, 2000). Para Mészáros, a educação libertadora teria como função

transformar o trabalhador em um agente político que pensa, age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo (BARBOSA, 2012).

Partindo dessa compreensão, a Educação do Campo tem com o objetivo construir a possibilidade de uma educação para além do capital, como formulado por Mészáros (2005). Da crítica à escola elitista, branca, de classe, parte para a construção de uma escola dos trabalhadores e, portanto, pública, orientada pelas experiências empreendidas pelos sujeitos trabalhadores do campo que oferecem à teoria pedagógica, como afirma Arroyo (2003), novos rumos para a organização do trabalho pedagógico.

Para a Educação do Campo, esta escola considera o seguinte caminho:

1. Realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, como objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social” (FREITAS, 2010).

2. O inventário deve identificar as lutas sociais e as principais contradições vivenciadas na vida local, nacional e mundial; as formas de organização e de gestão dentro e fora da escola em nível local, nacional e mundial; as fontes educativas disponíveis na vida local, no meio, de caráter natural, histórico, social e cultural, incluindo a identificação das variadas agências educativas existentes no meio social local; as formas de trabalho socialmente úteis.

Em março de 2020 um novo cenário iniciou-se na educação brasileira. Com a suspensão de aulas presenciais devido à pandemia do Covid19 ocorreram mudanças na forma de ministrar aulas. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) constituiu um comitê para pensar a dimensão educacional na crise, o qual atuou para a regulação da substituição de aulas presenciais por atividades em meio digital e para a flexibilização dos dias letivos. Tal como ocorreu em outros estados, o Distrito Federal, autorizou a oferta de atividades não presenciais, com a reorganização do calendário escolar de 2020. No ano de 2021 continuamos o trabalho com aulas remotas.

Os professores realizaram cursos de capacitação ofertados pela SEDF, para aprenderem a utilizar a plataforma digital e a produzir materiais para as aulas remotas. Tudo muito novo exigindo muito de todos. Foi um reinventar-se para a nova proposta de ensino, e nossos professores não mediram esforços para esta árdua tarefa.

Independentemente das ações e orientações orquestradas pela SEDF, a escola começou a refletir sobre seus processos, já que cada escola tem sua realidade e isso deve ser considerado, vislumbrando outras formas de ação. Apesar de o contexto conduzir para encaminhamentos mais prescritivos e burocráticos, a opção da direção no sentido de abarcar procedimentos eminentemente participativos se destacou, não apenas na delegação de responsabilidades, mas, principalmente, na abertura para participação dos processos de decisão a partir do diálogo e da construção de alternativas do trabalho pedagógico.

Diante da necessidade de manutenção do ensino remoto e pela observação da falta de acesso ao Classroom por alguns estudantes, a equipe gestora, decidiu mapear a questão a fim de ampliar o público participante. Com esse objetivo, um trabalho intenso começou a

ser desenvolvido pelos pedagogos, profissionais ligados à gestão escolar, os quais também tinham dificuldades com os recursos tecnológicos, mas rapidamente as superaram no afã da construção desse trabalho. Iniciou-se a busca ativa por todos os estudantes que ainda não estavam participando de alguma forma das aulas. Nesse processo, os pedagogos começaram também o contato com os estudantes e suas famílias por meio telefônico, pelas redes sociais digitais e por mensagens de WhatsApp. Foram criados grupos de WhatsApp de cada turma para transmissão de informes e conteúdos e adicionados os responsáveis pelos estudantes, afinal agora mais do que nunca são grandes parceiros neste processo.

Foi ofertado aos estudantes que não tinham acesso à internet ou dispositivos, material impresso igual como aqueles propostos na plataforma Google Classroom para os demais estudantes.

Mesmo em meio à turbulência de ações, o resultado foi bastante satisfatório, culminando na rápida reversão do baixo número de acessos pelos alunos.

As reuniões de pais e de professores com a equipe gestora e pedagógica se dão de forma remota através de aplicativo para reuniões. Assim também acontecem as aulas online para os estudantes, que através do Google Meet interagem e participam das aulas durante 03 (três) dias na semana. A plataforma Google Classroom é alimentada diariamente com atividades desafiadoras e diversificadas em que os estudantes realizam e são acompanhados pelo professor da turma que realiza a intervenção necessária via WhatsApp.

8.1 – Plano de ação da coordenação pedagógica

O plano de ação justifica-se de um trabalho que busque a interação e integração entre professor, aluno e coordenador pedagógico, embasando em uma dinâmica ativa e mais eficiente, desempenhando o trabalho didático-pedagógico e a melhoria do processo de ensino aprendizagem. Orientando e avaliando todas as atividades do corpo docente, trabalhando de uma forma democrática, levando em consideração a ética profissional refletindo sobre a prática pedagógica, e assim obtendo novas mudanças e aprendizagens significativas.

Ressaltamos que não é algo pronto e acabado, mas sim uma construção coletiva que poderá ser revisto e estruturado a qualquer momento, dependendo das necessidades e das tomadas de decisões pertinentes às medidas que seriam aplicadas oportunamente do modo articulado, podendo ser preventivas e/ou emergenciais, com intuito de fundamentar uma ação pontual ou de caráter vindouro durante e pós-pandemia.

O Plano de Ação da Equipe Pedagógica da Escola Classe Lamarão foi elaborado a partir de discussões coletivas das necessidades apontadas e análise do diagnóstico da escola, considerando o projeto político pedagógico como eixo norteador do trabalho que se concretiza no plano de ação anual, onde este permeia as ações integradas nos programas:

- Melhoria da qualidade do ensino aprendizagem;
- Formação continuada para professores.

OBJETIVOS

- Procurar manter sempre um ambiente de trabalho saudável, para que haja harmonia entre todas as partes envolvidas no processo Ensino – aprendizagem;
- Acompanhar a implantação e o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do estabelecimento de Ensino;
- Coordenar todas as ações a serem desenvolvidas no interior da Escola, bem como zelar pelo seu patrimônio;
- Procurar fazer com que a solidariedade e a ética profissional sejam princípios orientadores da ação de todos os envolvidos na tarefa educativa propiciando ambiente favorável às mudanças;
- Proporcionar a todos os professores e funcionários uma formação continuada onde todos sejam inseridos no processo para uma educação de qualidade.

TEMAS	METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
ENSINO APRENDIZAGEM	<p>Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos.</p> <p>Zelar pelo cumprimento do plano do trabalho dos docentes.</p> <p>Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento.</p>	<p>Cumprir o calendário escolar sua integra.</p> <p>Acompanhar a elaboração e execução da proposta Curricular.</p> <p>Organizar junto aos professores, projetos que promovam a recuperação paralela.</p>	Durante o ano letivo.
METODOLOGIA	<p>Envolver-se com todos os educadores visando a interação coletiva no processo ensino/aprendizagem</p> <p>Diagnosticar as necessidades educacionais da escola e planejar estudos, juntamente com a Equipe pedagógica e direção.</p>	<p>Organizar junto aos professores formas de participação para observar a prática pedagógica das turmas.</p> <p>Refletir com direção e professores os pontos positivos e negativos que interferem de cada turma, propondo a realização de análise crítica sobre os conteúdos, atividades e metodologias utilizadas Estudar e refletir questões</p>	<p>Durante o ano letivo e quando houver necessidade.</p> <p>Durante o ano letivo e quando houver necessidade.</p>

		específicas quando houver necessidades. Refletir coletivamente e constantemente sobre a organização do fazer pedagógico da escola.	
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	<p>Buscar junto aos demais profissionais da escola a efetivação dos princípios propostos no P.P.P.</p> <p>Acompanhar todo processo ensino aprendizagem.</p> <p>Discutir junto a direção e professores os instrumentos que auxiliarão na verificação da aprendizagem discente.</p>	<p>Sistematizar juntamente com os professores, procedimentos para a realização da observação da situação pedagógica dos alunos com dificuldades de aprendizagem.</p> <p>Trabalhar com as famílias dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a responsabilidade da mesma quanto ao acompanhamento da aprendizagem e a atenção em relação à saúde dos filhos.</p>	Durante o ano letivo e quando houver necessidade.
FALTA DE INTERESSE DOS ALUNOS	<p>Discutir com os professores, sobre as questões que interferem no processo ensino aprendizagem</p>	<p>Discutir junto à comunidade escolar a importância /necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Levantar os casos de falta de interesse em cada turma; -Investigar as causas da falta de interesse; -Organizar possibilidades de ação para solucionar os casos detectados; -Avaliar os resultados. 	<p>Durante todo o ano letivo, conforme surgirem às necessidades.</p> <p>Atendimento da equipe pedagógica de acordo com o surgimento do problema.</p>
INDISCIPLINA	<p>Discutir com a direção, professores e funcionários a organização e funcionamento da escola como um todo e de cada turma em específico, de acordo com o P.P.P.</p> <p>Acompanhar o processo ensino aprendizagem, visando garantir a</p>	<p>Refletir com professores, diretor, alunos e funcionários e pais sobre a importância da elaboração e cumprimento de normas de convivência.</p> <p>-Trabalhar com os professores sobre a importância do diálogo com o aluno a fim de</p>	<p>Durante o ano letivo e em reuniões ordinárias e extraordinárias.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Durante o Ano letivo; -No momento em que vão surgindo as dificuldades; -Em sessões de estudos durante o ano letivo.

	<p>efetivação do trabalho proposto.</p>	<p>estabelecer vínculos que favoreçam o processo ensino aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Buscar alternativas que viabilizam o dialogo dos professores com os alunos fora da sala de aula quando necessário; - Aprofundar estudos com os pais sobre temas relacionados à educação dos seus filhos. 	
<p>PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA</p>	<p>Atender aos pais ou responsáveis dos alunos, quando houver necessidade, por iniciativa própria dos mesmos, ou atendendo ao chamado da escola.</p> <p>Promover a participação dos pais e o envolvimento destes com a instituição escolar.</p> <p>Buscar coletivamente instrumento que viabilizem a maior participação dos pais no âmbito escolar.</p>	<p>Atender aos pais, mães ou responsáveis sempre que :</p> <ul style="list-style-type: none"> a) procurarem a escola; b) forem convocados pela equipe pedagógica, individual ou coletivamente. <p>Discutir com a equipe pedagógica as situações em que os pais serão convocados a comparecer na escola, bem como a forma como isso ocorrerá.</p> <p>Propor junto a direção, e professores meios que promovam a participação dos pais, mães ou responsáveis na escola.</p> <p>Discutir com o diretor e professores, de acordo com as necessidades da escola, trabalhos a serem realizados durante o ano letivo junto aos pais, alunos e professores.</p>	<p>Durante todo o ano letivo.</p> <p>Em reuniões extraordinárias</p> <p>Durante todo o ano letivo.</p>
<p>ALUNOS FALTOSOS</p>	<p>Buscar coletivamente instrumentos que garantam a permanência, com sucesso, de todos os alunos na escola.</p>	<p>Acompanhamento da equipe pedagógica nas transferências recebidas e expedidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Acompanhamento da equipe pedagógica juntamente com o diretor na organização 	<p>Na semana pedagógica.</p>

		<p>das turmas no início do ano letivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> – Discutir junto aos demais integrantes da equipe pedagógica possibilidades para o acolhimento dos alunos no início do ano letivo; 	
	<p>Analisar fatos internos e externos à escola que contribuem para o afastamento do aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Refletir, juntamente com os demais integrantes da equipe pedagógica a reunião do início do ano letivo. – Organizar na escola uma discussão sobre os fatores internos que podem estar contribuindo para a evasão escolar propondo ações para superar os problemas; – Realizar um trabalho com os professores e diretor para orientar quanto aos encaminhamentos a serem adotados pela escola nos casos de faltas dos alunos; – Verificar junto aos professores os alunos que tem faltado às aulas (considerar faltas consecutivas e alternadas); – Registrar em local próprio as comunicações do professor; – Notificar os pais ou responsável quanto às faltas dos alunos 	<p>Durante todo o ano letivo e quando surgirem às necessidades.</p>

8.2 Metodologias de ensino adotadas

As pesquisas atuais de neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano e que cada pessoa aprende o que é mais relevante e o que faz sentido para si, o que gera conexões cognitivas e emocionais.

O que constatamos cada vez mais é que a aprendizagem por meio da transmissão é importante, mas a aprendizagem por questionamentos e experimentação é mais relevante para uma compreensão mais ampla e profunda.

A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência. A aprendizagem mais profunda requer espaços de práticas frequentes (aprender fazendo) e ambientes ricos em oportunidades. Por isso é importante o estímulo multissensorial e a valorização dos conhecimentos prévios.

Os processos de aprendizagens são múltiplos, assim como devem ser as maneiras de promovê-los, com técnicas diversas e procedimentos que irão garantir o sucesso nos objetivos de ensino.

A sala de aula deve ser um espaço privilegiado de cocriação, de busca de soluções empreendedoras, em todos os níveis, onde professores e estudantes aprendam a partir de situações concretas, desafios, jogos, experiências, vivências, problemas, projetos com os recursos que tem em mãos, sejam eles simples ou sofisticados, tecnologias básicas ou avançadas.

O papel do professor é o de orientador e mentor que ajuda os alunos a irem além de onde conseguiriam ir sozinhos, motivando, questionando e orientando. Estudos revelam que quando o professor fala menos, orienta mais e o aluno participa de forma ativa, a aprendizagem é mais significativa (DOLAN; COLLINS, 2015).

8.3 Estratégias de Valorização e formação continuada dos profissionais de educação

A formação e o trabalho docente é uma questão importante uma vez que o mesmo deve estar consciente que sua formação deve ser contínua e está relacionada ao seu dia-a-dia, segundo Nóvoa (2003 p.23) “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para este estudioso a formação continuada se dar de maneira coletiva e dependem de experiência, reflexões como instrumentos de análise.

O docente não pode se privar de estudar, grande são os desafios que o profissional enfrenta, mas manter-se atualizado e desenvolver prática pedagógica é indispensável para que haja maior mobilização na formação de professores, é necessário criar condições favoráveis tanto na formação continuada quanto na valorização do mesmo.

Os docentes precisam de qualificação tanto na área pedagógica como nos campos específicos do conhecimento. A formação inicial deve passar por reformulação profundas. Isso implica em garantir ao profissional um conhecimento básico para a sua atuação no âmbito escolar, pois a aprendizagem ocorre quando por meio de uma experiência mudamos nosso conhecimento anterior sobre uma ideia, comportamento ou conceito. Nesse sentido procuramos sempre adquirir conhecimentos seja através de uma graduação, pós-graduação, seminários, palestras, encontros pedagógicos em fim todos os cursos que venham contribuir para a nossa formação pessoal e profissional. Além disso, colocamos em prática o que aprendemos no exercício da profissão com o

desejo de contribuir para um melhor desempenho, uma melhor aprendizagem dos alunos.

A EC Lamarão tendo total consciência de seu papel de incentivar e promover momentos de formação entre os docentes realiza periodicamente palestras com profissionais das diversas áreas com temas variados. São enriquecedoras oportunidades de aprendizagem que refletem diretamente no processo de ensino dos estudantes.

9 – Estratégias de avaliação – Concepções e Práticas.

Em tempos de restrição à circulação de pessoas e da busca por medidas para manter a educação em funcionamento, pensar nos processos de avaliação da aprendizagem no ensino remoto é tão importante quanto às demais etapas de preparação e execução das aulas.

Antes de qualquer coisa, é fundamental entender que a avaliação é um processo amplo e possui especificidades e delicadezas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a verificação do rendimento escolar deve se basear na avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno.

Esse documento também preconiza a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

a) Use instrumentos variados de avaliação no ensino remoto

Para que o acompanhamento do aprendizado e as avaliações sejam coerentes e adequadas, principalmente quando falamos de educação remota, é imprescindível que esse processo seja vivenciado por professores e alunos no dia a dia escolar. A dica para os educadores é variar o máximo possível os instrumentos para avaliar a aprendizagem dos seus alunos no ensino a distância.

O ideal é que ao longo do período planejado, que pode ser bimestral, trimestral ou semestral, sejam realizadas provas objetivas, discursivas e orais, bem como provas com consulta e sem consulta, além de seminários, observações a participações e auto avaliações, dependendo da maturidade e faixa etária da turma.

Tendo isso em mente, é possível concluir que a avaliação é também um processo formativo, ou seja, deve existir de forma integrada à prática pedagógica, no intuito de contribuir e retroalimentar o desenvolvimento das competências dos alunos. É a partir dela que se mapeiam conhecimentos e habilidades consolidados e a consolidar, e se revisa e redireciona o ensino.

b) Priorize a avaliação qualitativa

Ao invés de atribuir notas baseadas em índices de acertos e erros, é possível avaliar as entregas das tarefas da mesma forma que as atividades de casa são avaliadas. Se possível, fazer uma videoconferência após a realização de tarefas para que os estudantes compartilhem o que estudaram e para que o professor possa usar como instrumento avaliativo.

É válido destacar que não devemos nos ater a um processo avaliativo pautado apenas na atribuição de notas de 0 a 10. O contexto de ensino-aprendizagem é cheio de

especificidades, que precisam ser observadas constantemente, especialmente no modelo de avaliação no ensino a distância.

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, uma questão política, intimamente relacionada às finalidades do projeto educativo da escola. Não pode, pois, ser concebida de forma isolada, uma vez que reflete uma concepção de homem, de educação e de sociedade. Portanto, as concepções de avaliação estão, assim, intrinsicamente relacionadas com as concepções de ensino e de aprendizagem e com concepções de relações sociais. Repensar a avaliação implica necessariamente uma reflexão crítica acerca da prática pedagógica da escola e de sua função social.

A avaliação possui diversas funções. Entendemos que é na avaliação formativa que estão as melhores interações para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Embora a avaliação seja um termo polêmico, entende-se que instrumentos e procedimentos pelos quais a análise qualitativa sobreponha-se àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira menos injusta o ato de avaliar. Daqui decorrem o olhar e a intervenção humana que os sistemas computadorizados não são capazes de atingir.

Assim, torna-se fundamental, não só analisar a relevância do que está sendo avaliado, da adequação do instrumento aos nossos propósitos, mas também incorporar à prática, atividades diversificadas, que coloquem em destaque diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno e não apenas os conteúdos.

Nesse sentido, é importante que o professor tenha em mente um repertório variado de estratégias e que reflita sobre o significado de cada uma delas, sobre os conceitos, procedimentos, atitudes e valores que estão em jogo na sua realização. Além das tradicionais provas escritas individuais, pode-se lançar mão de atividades avaliativas com consulta, de avaliações analógicas, de trabalhos de pesquisa e entrevistas, de experimentações e construções de modelos ou maquetes, de dramatizações, jograis, recriações de textos e filmes, de colagens, enfim de tudo que professores e alunos podem imaginar e criar.

Por fim, a escola não pode deixar de repensar a questão das individualidades. As pessoas são diferentes, comportam-se de maneiras diversas, têm ritmos distintos de aprendizagem. Nessa perspectiva, é fundamental considerar dois aspectos: o primeiro diz respeito ao esclarecimento das relações entre o rendimento escolar de cada aluno e sua situação pessoal peculiar; o outro se refere à instituição de procedimentos alternativos ou paralelos para atender aos alunos que precisam de mais tempo e estímulo para atingir o que se definiu como o mínimo qualitativo de aprendizagem para a disciplina e série. Em relação ao primeiro aspecto, o diagnóstico da situação de aprendizagem deve considerar a pessoa do aluno como um todo e para isso é imprescindível a participação do conjunto de professores e o apoio de especialistas. Quanto ao segundo, cabe a professores e coordenadores, encontrarem caminhos operacionais para garantir a todos os alunos a aprendizagem.

Na Educação Infantil, a avaliação se dá principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas questionários, relatórios e portfólios. As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática irão compor o Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral – RDIA, este terá periodicidade semestral, porém sua elaboração é diária. Nesta etapa se faz presente, de maneira forte e

determinante, a avaliação informal realizada pelos docentes e até mesmo pelas crianças. Esta avaliação possibilita a observação das suas manifestações de aprendizagem e progresso. O cotidiano e as interações são relatados de forma a demonstrar o avanço e a interação social das crianças. É fundamental o cumprimento do currículo a fim de que sejam alcançados os objetivos propostos para essa modalidade de ensino.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental além dos registros pessoais, o docente conta com instrumentos legais para a descrição do desempenho dos estudantes: O Registro de Avaliação – RAV, e o Registro do Conselho de Classe. Consta nesses documentos informações referentes às aprendizagens já construídas e ainda não construídas pelo aluno, bem como as intervenções necessárias para progressão ininterrupta desse processo. Assegurar a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes se mostra imprescindível para reverter o cenário do fracasso escolar, uma vez que traz em seu bojo a avaliação formativa e assegura a todos os estudantes o direito legal e inalienável do aprender e prosseguir seus estudos se interrupções.

9.1 – Dos Registros de Avaliações

A elaboração do Registro de Avaliação é de responsabilidade do docente que responde pela turma e ou por um determinado componente curricular. A colaboração de outros profissionais serve para qualificar o que se procura registrar. É requerido para quaisquer séries/etapas/anos/modalidades da Educação Básica. Não substitui o diário de classe, complementa-o, é obrigatório na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, é representado pelo Relatório Descritivo Individual do Aluno – RDIA; nos anos iniciais do Ensino Fundamental denomina-se Registro de Avaliação – RAV.

Para elaboração do registro de avaliação (RAV, RDIA), é preciso que o mesmo contenha elementos da avaliação diagnóstica observados pelo docente e ou pelo Conselho de Classe: as aprendizagens evidenciadas e as dificuldades percebidas devem ser descritas na primeira parte do documento. Em seguida, devem-se apresentar as estratégias utilizadas ou as intervenções conduzidas para sanar tais dificuldades, bem como os resultados das intervenções e outras orientações que se fizerem necessárias para que o registro de avaliação cumpra sua função formativa.

9.2 – Provas ou Testes

A prova merece um tópico específico nestas Diretrizes por ser historicamente o instrumento avaliativo mais conhecido e utilizado no contexto educacional. Para que se insira na avaliação formativa, duas considerações tornam-se necessárias. A primeira delas refere-se a seu uso não exclusivo, pelo fato de que não consegue revelar todas as evidências de aprendizagem do estudante. Assim, seus resultados devem ser analisados em articulação aos oferecidos por outros procedimentos/instrumentos. A segunda consideração aponta a inconveniência de adoção da semana de provas. Cabe refletir: qual a justificativa para tal prática? A quem ela beneficia? O trabalho pedagógico seria realizado de forma padronizada em todas as turmas de modo a se aplicar uma mesma prova no mesmo dia e horário para todos os estudantes? Contudo, entende-se que a mudança

dessa prática para outra que potencialize o sentido formativo da avaliação pode ser lenta; o entendimento que emana das escolas que a adotam é o de que serve para organização dos tempos para cumprimento dos prazos e fechamento de “notas”. De igual maneira, desafiamos todos para refletirem se o caso não seria, tão somente, de trabalhar com o cumprimento do prazo de término dos períodos, como bimestres ou semestres, para que os profissionais apresentem esses resultados. Ao formalizar e institucionalizar a semana de provas, a escola não fere as Diretrizes e o Regimento que não obrigam a utilização desse instrumento? A prova é uma das possibilidades, não é a única.

A construção da prova deve levar em conta os objetivos de aprendizagem e sua correção deve ser feita por meio de critérios conhecidos pelos estudantes, para que se constitua em espaço-tempo de aprendizagens. Seus resultados são devolvidos aos estudantes (feedback) o mais rapidamente possível para que se programem as intervenções necessárias a serem feitas pelos professores e estudantes. Essas ações viabilizam a avaliação formativa cujo objetivo é a inclusão de todos no processo de aprendizagem. A prova cumpre seu caráter formativo quando todo seu processo (elaboração, aplicação, correção, feedback e uso dos resultados) se organiza coletivamente nos momentos de coordenação pedagógica. Importante lembrar que o processo avaliativo é de responsabilidade da escola e não de cada professor, individualmente, devendo, portanto, ser planejado e inserido nos planos de ensino dos docentes.

O uso de provas multidisciplinares, interdisciplinares, simulados com questões de vestibulares pode constituir-se em práticas edificantes, desde que as aulas e estratégias de ensino sejam realizadas com vistas às aprendizagens de todos os estudantes. As provas ou testes integrados (multidisciplinares ou interdisciplinares) só terão sentido se as aulas e atividades que os antecedem se inserirem na mesma perspectiva. Não faz sentido aplicar prova multidisciplinar ou interdisciplinar se o trabalho pedagógico (entre os professores e estes com os estudantes) não for assim desenvolvido.

São importantes que no Ensino Fundamental sejam respeitadas as diferenças individuais de cada aluno. Nesse sentido, a escola se preocupa em ser um local de diálogo, de aprender a conviver, onde todas as diferenças são respeitadas e compartilhadas harmonicamente. A Instituição oferece educação de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, incluídos nas classes regulares, ajudando-os a vencer a suas limitações, a criar uma autoimagem positiva e promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades. Com a inclusão toda a instituição se beneficia com experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade.

9.3- Acompanhamento e Avaliação

Todo o processo que ocorre na escola deve ser realizado de forma transparente, uma vez, que se deve prestar conta de todas as atividades realizadas por ser um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade. Sendo assim, a avaliação do Projeto Político Pedagógico deverá ser feita através do acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. Ele necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram

atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento.

Portanto deve ser estabelecido com o grupo como se pretende realizar o processo de avaliação e acompanhamento do PPP, quando de sua elaboração. Segundo Vasconcellos o acompanhamento é “um instrumento teórico-metodológico que objetiva auxiliar o enfrentamento dos desafios cotidianos, de forma refletida e participativa” (1995, p.38).

9.4 – Da Recuperação Contínua

Recuperação contínua é uma estratégia pedagógica que visa evitar o acúmulo de defasagens e, ao mesmo tempo, favorecer um trabalho de recuperação mais profundo. Com frequência, as dificuldades dos alunos se acumulam até o final do ano – para que só então, com pouco tempo, a escola tente resgatar aprendizados que precisariam de mais tempo e atenção para de fato serem assimilados. Em vez disso, a **recuperação contínua** organiza avaliações e monitoramento constantes ao longo do ano. A partir dos diagnósticos, são elaborados planos de estudos que levam em consideração as particularidades de cada aluno, assim como o tempo disponível para que ele adquira cada competência.

A ideia é que esse processo possa fazer parte do planejamento pedagógico da escola, sendo pensado como mais uma das etapas contínuas de aprendizagem dos alunos; principalmente daqueles que encontram maior dificuldade para acompanhar o andamento geral de sua turma.

Esta “recuperação de estudos” é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”. Assim concebida, destina-se à obtenção de nota que possibilite ao estudante ser promovido de um ano/série a outro/a. Um longo caminho precisa ser percorrido para que a recuperação de estudos se associe à avaliação formativa. Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, recomenda-se a realização de intervenções pedagógicas contínuas com todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de forma tranquila, sem lacunas, sem tropeços e sem aligeiramento, de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todos. Orienta-se a escola para que utilize a avaliação diagnóstica permanentemente a fim de constatar as necessidades de cada estudante e que organize os meios de mantê-lo em dia com suas aprendizagens. A auto avaliação pelos estudantes é importante aliada nesse processo. O registro da intervenção processual (recuperação) deverá ser feito nos diários em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção de seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário das aulas ou no contra turno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa/modalidade e as condições de aprendizagem em que o estudante se encontra. A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. Reitera-se: não se deve esperar pelo término de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para

as intervenções necessárias; estas devem ocorrer desde o primeiro dia de aula, de forma contínua. Nada fica para depois.

Todos os procedimentos/instrumentos de avaliação devem ser elaborados em articulação com a coordenação pedagógica da unidade escolar. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar essa elaboração para que seja garantida coerência interna com o projeto da escola.

Os elementos formais que compõem a avaliação são os mais conhecidos por serem os que têm visibilidade. São considerados procedimentos/instrumentos formais de avaliação os que deixam claro para os estudantes e seus familiares que, por meio deles, a avaliação está acontecendo: testes, provas, listas de exercícios, deveres de casa, formulários, relatórios e outros. De modo geral, a escola dá mais ênfase aos procedimentos formais. Contudo, os que compõem a avaliação informal merecem nossa reflexão por exercerem forte influência sobre os resultados do processo avaliativo. São constituídos pelos juízos que professores fazem sobre os estudantes e vice-versa. Estudos recentes apontam que a avaliação informal pode ser utilizada a favor do estudante, do docente e das aprendizagens ou, ao contrário, contra todos eles. Diz-se que seu uso formativo e, portanto, recomendável, ocorre quando identificamos as fragilidades e as potencialidades desses atores e as utilizamos em favor deles, sem compará-los com outros. O ponto de partida e de chegada é fruto da avaliação diagnóstica, que deve ser permanente. Afinal de contas, o papel da escola é contribuir para a formação do cidadão capaz de inserção social crítica, o que somente será obtido se a avaliação estiver a serviço das aprendizagens de todos.

9.5 – Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe, uma das mais relevantes instâncias avaliativas da escola, acontece ao final de cada bimestre, período ou quando a escola julgar necessário, com o objetivo de analisar de forma ética aspectos atinentes à aprendizagem dos estudantes: necessidades individuais, intervenções realizadas, avanços alcançados no processo ensino-aprendizagem, além de estratégias pedagógicas adotadas, entre elas, projetos interventivos e reagrupamentos.

É no Conselho de Classe que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para fazer análise reflexiva, discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros. Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O Conselho de Classe planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é, ao mesmo tempo, espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do

Projeto Político-Pedagógico da escola. É a instância em que se encontram e podem entrelaçar-se os três níveis da avaliação: **aprendizagens, institucional e redes ou em larga escala**, sendo um momento privilegiado para **auto avaliação** da escola (LIMA, 2012). Quando o Conselho de Classe consegue refletir sobre os índices de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula, sobretudo com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada na direção da avaliação aqui defendida e consegue promover a desejada auto avaliação da escola. Para Dalben (2004), o Conselho de Classe insere-se como um Colegiado potencializador da gestão pedagógica da escola.

O Conselho de Classe é desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela e na escola. Essa instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens aconteçam. Orientamos que sejam envolvidas as famílias, outros profissionais da escola e os próprios estudantes para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidas as aprendizagens de todos na escola. Alertamos para que essa instância não se torne um espaço hostil em que prevaleça o uso da avaliação informal de maneira negativa para expor, rotular, punir e excluir avaliados e ou avaliadores.

Os eventos ou momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos. Entende-se que todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como à proposição de intervenções que favoreçam seu progresso. Mesmo que o professor utilize informações obtidas por meio da avaliação somativa (avaliação da aprendizagem), seus resultados devem ser analisados de forma integrada à avaliação formativa. Notas ou conceitos podem conviver com a avaliação formativa, desde que não tenham fim em si, isto é, não sejam o elemento central, nem os estudantes incentivados a estudar com vistas apenas a sua obtenção.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de Colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 dessa legislação:

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

IV – representante dos pais ou responsável;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhido por seus pares, sendo garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da escola ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada escola elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

A organização ou dinâmica das reuniões do Conselho de Classe é de autonomia da escola, observadas estas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014). Os registros dessas análises e das reuniões ordinárias do Conselho de Classe devem ser realizados em formulários específicos elaborados e disponibilizados pela SEEDF.

Como já foi dito, o Conselho de Classe bem conduzido favorecerá a articulação dos três níveis da avaliação (aprendizagem, institucional, redes ou em larga escala). Ao passo que apresenta e analisa os resultados ou desempenhos dos estudantes, servirá para que a escola se avalie e promova ações que reorientem seu trabalho pedagógico.

10 - Matriz Curricular

10.1 - Educação Infantil

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal possui o Currículo de Educação Básica de Educação Infantil, que deve possibilitar o alcance de dois objetivos básicos na Educação Infantil: a construção da identidade e da autonomia, a ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo.

Ao se estruturar o Currículo em âmbito de experiência e eixos de trabalho, considera-se e respeita-se a criança como um ser social, integral e em franco desenvolvimento, exigindo posturas pedagógicas que não limitem suas oportunidades de descobertas, que permitam conhecê-la verdadeiramente para proporcionar-lhe experiências de vida ricas e desafiadoras; e que favoreçam realizações pela própria criança.

Instituição: ESCOLA CLASSE LAMARÃO Etapa: Educação Infantil Regime: Anual Módulo: 40 semanas Turno: Diurno			
Âmbitos de Experiências	Eixos	PRÉ-ESCOLA	
		1º período	2º período
CONHECIMENTO DE MUNDO	Movimento	X	X
	Artes Visuais	X	X
	Música	X	X
	Linguagem Oral e Escrita	X	X
	Natureza e Sociedade	X	X
	Conhecimento Lógico Matemático	X	X
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	Identidade e Autonomia		

CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)	25	25
CARGA HORÁRIA ANUAL (hora-relógio)	1.000	1.000

OBSERVAÇÕES: 1. O dia letivo é composto por 5 (cinco) horas-relógio.
2. O horário de início e término do período letivo é no vespertino de 13 às 18 horas.

10.2 – Ensino fundamental de 9 anos

A organização curricular, nos Anos e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos alunos prosseguir os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2006). Em face dos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica, e da forma de habilitação dos professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares. As atividades de cada turma terão a duração diária de 5 horas, sob a responsabilidade de um único professor que cumpre carga horária de 40 horas, incluída a coordenação pedagógica.

Instituição: ESCOLA CLASSE LAMARÃO						
Etapa: Anos iniciais						
Regime: Anual						
Módulo: 40 semanas						
Turno: Diurno						
PARTES DO CURRÍCULO	COMPONENTES CURRICULARES	Anos				
		1º	2º	3º	4º	5º
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	X	X	X	X	X
	Educação Física	X	X	X	X	X
	Arte	X	X	X	X	X
	Matemática	X	X	X	X	X
	Ciências	X	X	X	X	X
	História	X	X	X	X	X
	Geografia	X	X	X	X	X
PARTE DIVERSIFICADA	Ensino religioso	X	X	X	X	X
CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)		25	25	25	25	25
CARGA HORÁRIA ANUAL (hora-relógio)		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

OBSERVAÇÕES: 1. O dia letivo é composto por 5 (cinco) horas-relógio.
2. O horário de início e término do período letivo é: matutino de 7:30 às 12:30 horas e no vespertino de 13 às 18 horas.

11 - Organização Curricular

11.1 - Um Currículo Voltado para Aprendizagens Significativas

Aprendizagem significativa

No contexto escolar, aprendizagens significativas ocorrem quando certos fatores estão envolvidos, entre eles:

- A percepção do aluno sobre a relação entre o que está aprendendo e seus próprios objetivos e interesses;
- A segurança do aluno em relação ao clima psicológico da turma, de onde ameaças externas são eliminadas;
- A possibilidade do aluno se colocar em confronto experimental direto com problemas práticos e com pesquisas de campo;
- A participação ativa e responsável do próprio aluno em seu processo de aprendizagem, a partir de discussões e debates sobre o que, como e por que está aprendendo;
- Os envolvimento intelectual, emocional e físico do aluno com o objeto do conhecimento, em interação com o contexto sócio-histórico-cultural;
- A independência, a criatividade e a autoconfiança do aluno estimulado em decorrência de avaliação mediadora e justa;
- A meta-aprendizagem, ou seja, o domínio do processo de construção da aprendizagem por parte do aluno, caracterizada por uma atitude de contínua busca e abertura a novos desafios intelectuais.

Nesse contexto, o professor exerce papel fundamental, pois depende de sua atuação, da compreensão, de sua responsabilidade profissional, facilitar ou dificultar o processo de aprendizagem do aluno. O professor é o responsável primeiro pelo clima psicológico que se estabelece em sua classe e torna-se facilitador de aprendizagens significativas quando sua ação pedagógica pauta-se pelas seguintes atitudes:

- A expressão de uma filosofia pessoal básica de confiança no potencial de seus alunos. Com isso eles sentem-se seguros para recorrer ao professor e dirimir dúvidas;
- A acolhida aos propósitos individuais e coletivos dos alunos favorece o clima de liberdade e de confiança na relação com o professor. Os alunos sentem que podem discutir com o professor os problemas que interferem no processo de aprendizagem e juntos encontrar soluções;
- Incentivo ao aprofundamento de conhecimentos e a motivação subjacente ao processo de aprendizagem, despertando nos alunos o desejo de realizar seus propósitos. Os alunos se interessam e se dedicam às áreas cujos professores procuram melhor motivá-los;
- Empenho em organizar e disponibilizar recursos tecnológicos para uma aprendizagem mais ampla. Os alunos encontram, dessa forma, oportunidades para satisfazer a curiosidade intelectual e aplicar conhecimentos adquiridos;
- A flexibilidade para colocar seus conhecimentos e experiências à disposição dos alunos, favorece a troca de experiências. Os alunos sabem que a consulta e o diálogo com o professor são sempre possíveis e enriquecedores;

- A iniciativa de compartilhar ideias e sentimentos com os alunos representa a maneira de não se impor autoritariamente, mas de se colocar como um dos integrantes do grupo. Os alunos percebem que o professor lhe dedica atenção especial;
- A experiência, para reconhecer a manifestação dos sentimentos que possam aflorar durante processos de aprendizagem. Os alunos sentem-se respeitados como "pessoa", compreendidos em suas atitudes e incentivados a se tomarem responsáveis por suas ações;
- Reconhecimento de suas próprias limitações, quando suas atitudes interferem negativamente no processo de aprendizagem dos alunos. Os alunos percebem a autenticidade do esforço do professor na realização da auto avaliação e na busca de coerência entre suas ações e as aprendizagens que procura promover.

Essas atitudes do professor tornam o processo de ensino e de aprendizagem mais dinâmico e eficaz e possibilitam que aprendizagens realmente significativas ocorram formando cidadãos mais humanos e comprometidos com suas ações.

11.2 - Da Educação Infantil

Constitui-se na primeira etapa da Educação Básica, abrangendo o atendimento às crianças de 04 e 05 anos (Lei 11.114/05, Lei 11.274/06 e Resolução 03/2005_CEB/CNE).

O currículo da Educação Infantil – como o conjunto sistematizado de práticas pedagógicas no qual se articulam as experiências e saberes das crianças, família, profissionais e comunidades de pertencimento e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico historicamente construído pela humanidade – é o meio para angariarmos os objetivos de proporcionar o desenvolvimento das crianças pequenas e colaborarmos para a transformação social. Possui também um caráter instrumental e didático para que, no cotidiano escolar, as linguagens, as linguagens e as práticas se processem de maneira integrada. O currículo contribui para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do processo pedagógico, considerando a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças que respondam a suas demandas e das famílias.

O currículo em movimento através da SEEDF adota como Eixos Integradores do Currículo estes elementos basilares do trabalho educativo realizado pela escola com as crianças:

- Educar e brincar;
- Brincar e interagir.

Tais eixos precisam ser considerados juntamente com os Eixos Transversais do Currículo em movimento:

- Educação para a diversidade;
- Cidadania e educação para os direitos humanos;
- Educação para a sustentabilidade.

A BNCC entende que na Educação Infantil, a escola precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses buscando respostas às suas curiosidades e indagações. A escola desenvolverá um trabalho com foco nos eixos estruturais, nos direitos de aprendizagem da criança e campos de experiência. Os eixos estruturais, interagir e brincar, são importantes para que a criança consolide sua aprendizagem. É a partir da brincadeira e da interação que ela desenvolve, nesta etapa, as estruturas, habilidades e competências que serão importantes ao longo de toda a vida.

Em relação às crianças do campo, vale destacar que as rotinas ambientais, sensoriais, afetivas, culturais e sociais envolvem particularidades voltadas aos ciclos de produção, à sazonalidades de plantio e de colheita, de estiagem das águas, das épocas de reprodução dos peixes, das aves e de outros animais, de idas e vindas de aves e de outros bichos (SILVA,; PASUCH, 2010).

Numa perspectiva de educação para a cidadania, o currículo deve possibilitar o alcance de três objetivos básicos na educação infantil:

- Construção da identidade e da autonomia;
- Interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar;
- Ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo.

Tendo como horizonte o desenvolvimento integral do educando, sua formação para a cidadania e sua preparação para prosseguimento de estudos e para o mundo do trabalho, subdividimos assim os temas a serem abordados em conformidade com o currículo em movimento:

- Identidade e autonomia;
- Conhecimento de mundo;
- Linguagem corporal, linguagem oral e escrita, linguagem matemática, linguagem artística, linguagem digital;
- Interações com a Natureza e com a sociedade.

Os procedimentos podem ser mais diretos, com ações ordenadas para facilitar a resolução de diversos problemas, ou mais fechados, como técnicas ou atividades sistematizadas e relacionadas com a aprendizagem concreta. Um conjunto de ações ordenadas e finalizadas, ou seja, orientadas à consecução de metas é um procedimento. É preciso que se oriente para metas e que as ações ou os passos se sucedam com certa ordem, para que um conjunto de ações constitua um procedimento.

Na Educação Infantil, a avaliação acontece principalmente pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças) sem objetivo de promoção, mesmo para o Ensino Fundamental (art. 31, I, LDB 9.394/96). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática compõem o Relatório Descritivo Individual do Aluno - RDIA, que terá sua publicação semestral; entretanto, sua elaboração é diária. A avaliação, que se diz formativa, será sempre a da observação do desempenho e do crescimento da criança em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares. Ao avaliar, visamos captar as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento

da criança bem como suas necessidades e interesses, guias primordiais do planejamento e das práticas pedagógicas (2ª Edição do CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO INFANTIL, 2018). Nessa etapa, de maneira forte e determinante, faz-se presente a avaliação informal realizada pelos docentes e até mesmo pelas crianças. Tal avaliação possibilita a observação das manifestações de aprendizagem e progresso. O cotidiano e as interações nas instituições de educação infantil apresentam-se com fortes cargas afetivas. Sabe-se que na escrita dos relatórios ou registros avaliativos, a comunicação simbólica revelada nos gestos, nos silêncios, nas manifestações de choro, de alegria, de irritação, nos afetos e conflitos que ocorrem na relação professor-estudante tende a ser manifestada; no entanto, a escola não deve rotular nem definir a criança em razão dessas manifestações, bem como não pode resumir os registros avaliativos fazendo constar neles, apenas, elementos captados pela avaliação informal. A observação, devidamente planejada, sistematizada e acompanhada do registro das informações coletadas, constitui a avaliação formal. A Unidade Escolar deve primar pela observância e cumprimento do Currículo a fim de que sejam alcançados os objetivos propostos para a Educação Infantil.

11.3 – Do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

No Ensino fundamental o currículo apresenta-se estruturado de forma a minimizar o academicismo e estabelecer relação estreita entre a vida do educando e os conteúdos, buscando resgatar os valores através dos conhecimentos, numa perspectiva histórico-crítica, responsável e contextualizada que dê ênfase a inteligência e ao raciocínio lógico. A interdisciplinaridade possibilita que as áreas se aproximem e se entrelacem estabelecendo relações entre seus aspectos comuns, diferentes e contraditórios.

É uma abordagem epistemológica dos objetivos do conhecimento que favorece as aprendizagens significativas e possibilita as aprendizagens a partir da democratização dos saberes.

Dessa forma amplia-se a capacidade de interpretar o mundo, a partir da possibilidade crescente de captar significados, de produzir conhecimentos, de adquirir competências e de dominar habilidades. O conteúdo não é um fim em si mesmo, mas um meio de desenvolvimento dos direitos de aprendizagem em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os direitos humanos e Educação para a Sustentabilidade. Cabe ressaltar a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores em consonância com uma práxis direcionada para uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. Portanto, a concepção de aprendizagem se amplia ao trabalhar de forma significativa o sistema de escrita (alfabetização), de forma articulada as práticas sociais de leitura e escrita (letramento), o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brinquedo (ludicidade). Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico no 1º Bloco (1º, 2º e 3º anos) e no 2º Bloco (4º e 5º anos) deve ser sustentada por uma didática que provoque pensamento, envolva por situações que favoreçam o aprender na interlocução com o outro, ressignificando a estética da aula e, conseqüentemente, o lugar do professor que articula ações para a emancipação dos estudantes.

Os conteúdos estão organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articula-se em uma perspectiva de unidade, progressividade e espiralização, vinculada diretamente à função social. Cada área do conhecimento apresenta o desafio de promover a ampliação para aprendizagens contextuais, dialógicas e significativas em que o ponto de partida deve ser orientado por levantamento de conhecimentos prévios do grupo de estudantes com o qual o professor atua. Assim, a organização interna está sustentada levando-se em consideração especificidades de cada área, no sentido de explicitar essencialidades à aprendizagem e promover o trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais e integradores do currículo em movimento. Estes conteúdos estão assim subdivididos:

- Linguagens: Língua Portuguesa, Arte e Educação física;
- Matemática;
- Ciências Humanas;
- Ciências Naturais;
- Ensino Religioso.

Vale ressaltar que essa dinâmica está em consonância com a concepção de currículo integrado e de progressão continuada.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além dos registros pessoais, a docente conta também com instrumentos previstos em Regimento Escolar para a descrição do desempenho dos estudantes: o Registro de Avaliação – RAV e o Registro do Conselho de Classe. Devem constar nessa descrição todas as informações referentes às aprendizagens já construídas e aquelas ainda não construídas pelo estudante, bem como as intervenções necessárias à progressão ininterrupta do processo. Para reverter o cenário do fracasso escolar, presente nessa etapa, é imprescindível assegurar a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes, uma vez que lhe é inerente a avaliação formativa e garante a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. A Vivência, estratégia adotada pela SEEDF para o segundo ciclo da Educação Básica e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, possibilita esse avanço, promovendo os estudantes para o ano escolar seguinte sempre que seu progresso for evidenciado. Esse processo não ocorre dissociado de um processo avaliativo diagnóstico de caráter formativo.

A realização da avaliação diagnóstica, atualmente, é condição imprescindível para o ingresso do estudante do ensino especial no processo de escolarização. Embora contribua para o acesso do estudante à educação, respeitando suas especificidades e indicando as diretrizes para o atendimento educacional especializado, essa avaliação não tem sido suficiente para orientar a organização pedagógica de caráter qualitativo, no atendimento a esse público.

12 - Plano de ação para a implementação do PPP 2021.
GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Elevar o desempenho da unidade escolar de forma a elevar ainda mais o IDEB da escola (tivemos uma das melhores médias 6,7 no ano de 2018). Acompanhar e diminuir a infrequências dos alunos e saber o motivo que levam as crianças a faltarem.</p> <p>Definir métodos de avaliação adequados à realidade e necessidade das crianças.</p>	<p>Elaborar atividades que promovam o pensamento crítico e a construção da aprendizagem significativa;</p> <p>Utilizar diversos instrumentos de avaliação de aprendizagem como um norteador do fazer pedagógico;</p>	<p>Focar a atenção especial aos alunos e professores no que diz respeito ensino aprendizagem, acompanhando o rendimento escolar e a frequência do aluno, utilizando os programas que agem em parceria para essa superação: Educação Integral, Mais Alfabetização, com o objetivo de fortalecer a autonomia da gestão escolar e aumentar os índices educacionais deste estabelecimento (Ideb)</p>	<p>Acontecerão no final de cada bimestre através de conselho de classe e reuniões, conversas e análises em grupo dos métodos de ensino e avaliativos utilizados.</p>	<p>Todos os agentes envolvidos no processo educacional da escola.</p>	<p>Durante todo o ano.</p>

GESTÃO PARTICIPATIVA

“NENHUM DE NÓS É TÃO BOM QUANTO TODOS NÓS JUNTOS.”

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Concientização da família pelos órgãos colegiados da escola sobre seu papel de grande importância no processo democrático educacional; Desenvolver atividades que priorizem a Gestão Participativa de todos os segmentos da Comunidade Escolar; Estreitar as relações entre direção, professores, funcionários e membros do Conselho Escolar; Incentivar a participação dos pais em reuniões e dias letivos temáticos.</p>	<p>Interagir, compreender e participar dos processos decisórios da escola, como parte integrante no processo de melhoria da educação; Estimular a participação de toda a comunidade escolar em ações para o processo de tomada de decisões e eventos proporcionados pela escola; Manter o diálogo permanente com as entidades representativas de todos os segmentos.</p>	<p>Estabelecer uma filosofia de trabalho alicerçada em determinados valores, a saber: respeito, igualdade, justiça, cooperação, unicidade de ações, organização, compromisso e ética; Garantir a gestão democrática com a participação dos diferentes segmentos da Comunidade Escolar em busca do pensar, do decidir e do fazer coletivos; Tornar transparentes os atos da Direção, que estarão vinculados a discussões anteriores com o Conselho escolar; Agir com imparcialidade em relação aos comportamentos irregulares.</p>	<p>Reuniões e conversas no encontro com pais e responsáveis.</p>	<p>Componentes do conselho escolar, da equipe gestora e coordenação pedagógica, corpo docente e pais.</p>	<p>A cada bimestre ou quando surgir necessidade de informar sobre algum projeto a ser desenvolvido na escola.</p>

GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Melhorar o relacionamento interpessoal de toda a equipe e a valorização dos professores; Desenvolver a melhoria do relacionamento interpessoal e valorização dos profissionais através de cursos, palestras motivacionais e confraternizações; Valorizar as relações na escola.</p>	<p>Proporcionar o bom relacionamento entre a equipe gestora e também com a comunidade escolar; Promover bom atendimento ao público; Enfatizar a inclusão e a aceitação das diferenças, desenvolvendo o respeito ao outro, tanto em relação ao corpo discente como ao corpo de servidores;. Manter um relacionamento respeitoso entre os funcionários da escola.</p>	<p>Promover eventos, tais como Café Educativo, Sarau Literário, palestras entre outros, para aproximar os pais e os profissionais da educação afim de estreitar os vínculos existentes; Promover momentos para interação e fortalecimento de vínculos.</p>	<p>Acontecerá durante os encontros e nos relacionamentos do dia a dia.</p>	<p>Equipe gestora.</p>	<p>Encontros periódicos durante todo o ano.</p>

GESTÃO FINANCEIRA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Otimizar a utilização dos recursos financeiros com a participação de toda a comunidade escolar; Adquirir aparelhos eletrônicos como TV's, caixa de som, Datashow; Utilizar os recursos destinados à U.E. de forma responsável; Tomar decisões de forma coletiva, com a participação do conselho escolar e dos servidores; Prestar contas periodicamente; Decidir junto da comunidade escolar sobre destinação das verbas recebidas.</p>	<p>Utilizar os recursos recebidos através das verbas do PDAF e PDDE, de acordo com as necessidades da escola – pedagógicas, administrativas, obedecendo a legislação vigente quanto a sua aplicação; Adquirir equipamentos eletrônicos; Prever e planejar recursos financeiros para as modificações necessárias na estrutura física; Administrar as verbas recebidas com a participação da comunidade escolar e professores; Envolver a comunidade no planejamento das necessidades e na busca por recursos através festas, brechós entre outros.</p>	<p>Convocar os membros do Conselho Escolar para reuniões a fim de discutir, deliberar e acompanhar a utilização dos recursos financeiros recebidos; Discutir e identificar com a comunidade escolar as necessidades da escola em todos os seus aspectos; Apresentar prestação de contas de forma transparente onde todos possam conferir onde foram aplicados os recursos.</p>	<p>Acompanhamento por parte de toda a comunidade escolar de todas as ações por meio de supervisão e controle.</p>	<p>Direção, professores, servidores, pais, conselho escolar.</p>	<p>Durante a aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos durante o ano.</p>

GESTÃO ADMINISTRATIVA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Encontrar meios de promover a eficiência em todos os setores da escola; Mostrar pontualidade e assiduidade administrativa; Organizar e atualizar a vida funcional dos servidores da UE; Manter o espaço físico da escola adequado para atender os alunos; Buscar meios de melhorar os espaços escolares; Conservar os ambientes limpos e Arejados; Fortalecer as entidades democráticas como Conselho Deliberativo Escolar para auxiliarem na gestão participativa e no envolvimento dos pais na escola e conselho escolar.</p>	<p>Acompanhar a realização do trabalho de toda a equipe e setores; Responder processos via sistema (Sei, e-mail, Sigep) dentro do tempo previsto; Buscar parcerias para com deputados para recebimento de emendas parlamentares que auxiliarão na melhoria do espaço físico e material da escola.</p>	<p>Estar em contato com as empresas dos servidores terceirizados para que não falte material de limpeza; Solicitar sempre que necessária manutenção e limpeza do espaço escolar (poda de arvores, manutenção elétrica); Organizar escalas entre os funcionários (conservação e limpeza) para que todos os ambientes da escola sejam atendidos; Pintar a escola periodicamente; Proporcionar o bom relacionamento entre a equipe gestora e também com a comunidade escolar; Favorecer a organização administrativa da escola.</p>	<p>A avaliação se dará por observação diária, contando com retomada de decisões e ações.</p>	<p>Equipe gestora e administrativa.</p>	<p>Durante todo o ano.</p>

GESTÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÕES DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<p>Apoiar projetos que, irão propiciar o crescimento do corpo docente e discente</p> <p>Elaborar projetos interdisciplinares focando a aquisição de conhecimento;</p> <p>Criar alternativas que visem o acesso e a permanência dos alunos na escola;</p> <p>Promover participação coletiva no processo da busca interação escola e família;</p> <p>Realizar acompanhamento pedagógico dos alunos que apresentem maior dificuldade de aprendizagem durante o ano letivo;</p> <p>Ofertar uma educação pública de qualidade e igualitária;</p> <p>Garantir que o diário eletrônico (leducar)</p>	<p>Planejar as aulas que visam elevar o índice de desenvolvimento social, intelectual e moral dos estudantes.</p> <p>Acompanhar e orientar o trabalho pedagógico, juntamente com a coordenação pedagógica proporcionando aulas com mais qualidade;</p> <p>Fortalecer a parceria entre a escola e a família tendo como alvo o aluno;</p> <p>Verificar semanalmente os lançamentos das aulas no diário eletrônico;</p> <p>Promover atividades significativas que levem os estudantes à reflexão e construção do próprio</p>	<p>Realizar reagrupamentos inter e intraclasse;</p> <p>Realizar com o apoio dos professores readaptados e com restrição, projeto interventivo;</p> <p>Planejar aulas de forma interdisciplinar com sequência didática tornando-as mais significativas e interessantes;</p> <p>Envolver os pais nos projetos da escola como de leitura e outros;</p> <p>Promover interações grupais e debates para alinhar e potencializar o fazer pedagógico;</p> <p>Valorizar e promover o empoderamento e protagonismo estudantil;</p> <p>Adquirir livros pedagógicos de gêneros diversos que enriqueçam o projeto de leitura "Para ler e</p>	<p>A avaliação será contínua e contará com observação e registros e individuais dos alunos;</p> <p>Aplicar testes psicogenéticos para avaliar os avanços dos alunos e também da prática do professor como forma de retomada de decisões.</p>	<p>Professores regentes, professores readaptados, professores com restrição de regência, coordenadores e equipe gestora.</p>	<p>Durante o ano letivo desde março até dezembro.</p>

<p>esteja sempre em dia e atualizado; Proporcionar aos professores momentos de reflexão sobre suas práticas e trabalho em equipe e troca de experiências.</p>	<p>conhecimento.</p>	<p>ama, para amar ler.” Buscar parcerias com empresas, comunidade e outras escolas para realização de novos projetos pedagógicos voltados à realidade dos estudantes para que possam desenvolver suas habilidades, transformar o meio em que vivem e conservar o espaço escolar.</p>			
--	----------------------	---	--	--	--

13- Projetos específicos

Os projetos desenvolvidos na escola e por seus integrantes não são meras ações a serem cumpridas. São conteúdos integrados aos assuntos curriculares e com estreito vínculo com os princípios de interdisciplinaridade e participação dos membros da Escola.

Os projetos citados abaixo foram percebidos como necessário, durante reuniões realizadas com a equipe de profissionais da escola:

- ✓ **Projeto de leitura “Para ler e amar, para amar ler”;**
- ✓ **Projeto Educação em tempo integral;**
- ✓ **Projeto Interventivo: Reagrupamentos e reforço;**
- ✓ **Projeto transição (sequencial);**
- ✓ **Projeto Festa Junina;**
- ✓ **Plenarinha “Musicalidade: de cá, de lá de todo lugar.”**

Muitas outras atividades são desenvolvidas no cotidiano da escola, muito embora não estejam ainda construídas num projeto. A questão do respeito às diversidades, e a reflexão sobre a Lei 10.636/2003, são questões de honra para a escola. Acreditamos que os valores motivam o comportamento e a atividade humana. São fontes de energia que mantêm a autoconfiança e a objetividade. Hoje na maioria dos países, os povos são influenciados pela ideologia materialista que cria uma cultura de acúmulo, posse, egoísmo e ganância. Consequência: os valores autênticos perdem o brilho da verdade e a força para sustentar e preservar uma cultura digna do ser humano.

Cumpre-nos ainda reforçar que todas as ideias apresentadas não são intocáveis, muito pelo contrário, devem ser reformuladas quantas vezes se fizerem necessárias, no sentido de alcançar a convergência entre o que a escola ensina e o vínculo com o contexto de vida dos alunos.

14. CRONOGRAMA BIMESTRAL – 2021

1º BIMESTRE

Início: 08/03

Término: 11/05

Semana Pedagógica: 03/03 à 05/03

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático:

Partilha da Páscoa: 01/04

Avaliações Bimestrais: 26 à 30/04

Conselho de Classe: 10 à 14/05

Reunião de Pais 1º B: 13/03 sábado

2º BIMESTRE

Início: 12/05

Término: 16/07

Semana de Educação para a vida: 03 à 07/05

Festa Junina(Drive Thru): 10/07

Avaliações Bimestrais: 05 à 10/07

Conselho de Classe: 12 à 16/07

Reunião de Pais 2º B: 05 à 06/08

Homenagem ao Dia das Mães: 08/05 (Live Show Dia das Mães)

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático: 29/05

3º BIMESTRE

Início: 02/08

Término: 13/10

II Almoço da Primavera em Família:

Avaliações Bimestrais:

Comemoração ao Dia das crianças:

Conselho de Classe:

Reunião de Pais:

Planejamento Pedagógico com a Comunidade Escolar - Dia Letivo Temático:

*Dia Distrital e Nacional da Educação Infantil:

Dia Nacional da luta das Pessoas com Deficiência:

4º BIMESTRE

Início: 14/10

Término: 22/12

Comemoração Dia do Professor:

Semana de Provas:

Formatura dos estudantes do 2º período e 5º ano:

Conselho de Classe:

Reunião de Pais:

Papai Noel na escola:

15. Referências Bibliográficas

Currículo em Movimento da Educação Básica;

Currículo em Movimento da Educação Infantil;

Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação.

Diretrizes da Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala – 2014/2016

Marçal, Juliane Corrêa: Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?, módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília : CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 41ed. São Paulo: Cortez, 2001

www.sae.digital/bncc-na-educacao-infantil/

<http://novaescola.org.br> Proposta pedagógica e planejamento: as bases do sucesso escolar

Plano Nacional de Educação (PDE)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-SEDF. Orientação Pedagógica, Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. Brasília: 2014

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. 2014-2016. Brasília: 2014

PROJETO “Para ler e amar, para amar ler”.

O projeto pretende, além de desenvolver a competência leitora nos alunos, motivar os pais para que eles valorizem a leitura e também o conhecimento produzido pela escola, como um todo. Conscientizando para importância do conhecimento escolar, assim como das possibilidades oferecidas pela Educação. O domínio pleno da leitura é um conhecimento fundamental, necessário não apenas ao contexto escolar, mas também para a própria vida de toda e qualquer pessoa. Aprimorar essa capacidade é essencial, por isso esse projeto faz-se tão importante.

Objetivos	Objetivos específicos	Ações	Avaliação	Cronograma
<p>Este projeto objetiva integrar a comunidade ao mundo da leitura e do conhecimento e aos inúmeros benefícios que ela proporciona ao indivíduo, facilitando assim, momentos de reflexão sobre seus potenciais, sua autoestima, o prazer pela leitura e pelos estudos.</p> <p>Todas as ações acontecerão em busca de consolidar a alfabetização e desenvolver a competência de leitura nos alunos. Por isso</p>	<p>Desenvolver o senso crítico;</p> <p>Ampliar a capacidade de compreensão;</p> <p>Fomentar competência na interpretação de textos diversos;</p> <p>Possibilitar a participação crescente da comunidade na vida escolar das crianças;</p> <p>Motivar as famílias a valorizar as atividades escolares;</p> <p>Promover o apreço pela literatura;</p> <p>Perpassar temas dos Eixos Transversais;</p> <p>Ampliar o acesso à literatura, inclusive</p>	<p>Promover um Café literário para apresentação do projeto para as famílias e comunidade escolar.</p> <p>Leitura e reconto semanal, produção semanal de registro individual, apresentação quinzenal do aluno junto com a família, registro no livro de produção coletiva.</p> <p>Correção semanal das produções individuais e coletivas com retorno para os alunos sobre as correções.</p> <p>Avaliação formativa, para que os pontos positivos e negativos sejam percebidos,</p>	<p>O projeto será avaliado em todas as etapas, formativamente, haverá uma ficha para controlar o número de obras lidas por cada aluno.</p> <p>O professor responsável fará relatórios individuais da evolução dos alunos na capacidade leitora. Dessa forma será possível realizar as adequações necessárias para que o objetivo de capacitar os alunos como leitores eficazes seja realizado ao longo do</p>	<p>O projeto acontecerá de fevereiro a dezembro.</p> <p>Lançamento do projeto em fevereiro. Com a participação de toda comunidade escolar.</p> <p>Desenvolvimento ao longo do ano, com produções semanais, avaliações constantes das propostas do projeto, participação quinzenal das famílias.</p> <p>Conclusão em dezembro.</p>

<p>haverá leitura de diversos gêneros textuais, interpretação de textos diversos, produções textuais com correções individuais e coletivas, murais, produção de material de divulgação do projeto e do livro.</p>	<p>àquela ligada aos temas pertinentes à realidade da comunidade.</p>	<p>assim como adequações, quando necessárias.</p>	<p>projeto. Conclusão do projeto com uma avaliação total de tudo o que foi desenvolvido e lançamento dos livros produzidos pelos alunos, com manhã de autógrafos para toda a comunidade escolar.</p>	
---	---	---	--	--





PROJETO “Educação em tempo integral.”

A Educação em tempo integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural como projeto coletivo, compartilhado por crianças, famílias, educadores e comunidade local. É uma proposta contemporânea, inclusiva e que promove a equidade ao reconhecer o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas. Ofertamos Educação em tempo integral de 8 horas. O atendimento acontece durante 03 (três) vezes na semana com atendimento de 10 horas, devido ao transporte escolar dos alunos. A educação integral conta 05 educadores sociais voluntários, 02 oficinairos que promovem aulas de artes e capoeira e uma coordenadora pedagógica. O projeto será desenvolvido no turno inverso das aulas, para os alunos de 1º ao 5º ano.

Objetivos	Objetivos específicos	Ações	Avaliação	Cronograma
Assegurar e ofertar atendimento escolar, de forma a ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais, contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes, com atividades diversificadas e de forma individualizada, com metodologia diferenciada que minimize as dificuldades escolares;	Prolongar a permanência dos alunos participantes do projeto na escola de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem; Oportunizar aos estudantes situações de aprendizagem que promovam elevação da autoestima e do desempenho escolar; reforçar e dar suporte em determinados conteúdos básicos de matemática e língua portuguesa ampliando as possibilidades de aprendizagem;	Todas as segundas, terças e quartas-feiras os alunos participarão das aulas da educação integral. Os educadores sociais e oficinairos, com a orientação e supervisão do coordenador pedagógico realizarão atividades de dever de casa e de forma lúdica e inovadora reforçar estes conteúdos curriculares.	Será de forma contínua e acontecerá através de observações, registros e relatórios individuais levando em consideração tempos- espaços de aprendizagem, repensando a própria prática escolar. O próprio MEC reconhece a inexistência de um modelo específico para avaliação da Educação Integral.	O projeto será desenvolvido de março a dezembro de 2020.

	<p>Reforçar, aprofundar ou suprir carências de conteúdos de matemática e língua portuguesa; Utilizar metodologias diferenciadas para atingir os objetivos de aprendizagens; Incentivar a prática de esportes através da capoeira.</p>			
--	---	--	--	--



Projeto "Festa Junina."

Mês de junho é mês de acender a fogueira, dançar quadrilha, e comemorar o dia de São João. Santo Antônio e São Pedro. E tradicionalmente a escola realiza esta tão esperada festa todos os anos, com a participação da comunidade escolar e local. Neste ano faremos um Drive thru junino seguindo as normas e orientações contra a Covid19.



Objetivos	Metas	Ações	Avaliação	Cronograma
<p>Conhecer as características das festas juninas; valorizar e respeitar a cultura rural/caipira e nacional; valorizar e demonstrar atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo; promover interesse e participação na gincana e na festa junina; compreender a história da festa junina, bem como seu valor dentro do folclore brasileiro, destacando seus aspectos sociais e religiosos; Perceber a importância do trabalho em equipe e a união do mesmo.</p>	<p>Promover a interação entre família, escola e aluno; internalizar importantes características e tradições de nossa cultura e tradição; mostrar-se consciente da importância do trabalho e do homem do campo para nosso dia- a- dia; compreender e valorizar o trabalho em grupo através da gincana da festa junina.</p>	<p>Motivar os alunos na participação do projeto de forma ativa; produzir enfeites para decorar; realizar a gincana de alimentos, em que a sala que mais arrecadar alimentos será gratificada com um passeio, incentivar a participação de todos no concurso do rei e rainha da pipoca também com premiação. E culminância com a festa junina juntamente com toda a comunidade escolar.</p>	<p>Os alunos serão avaliados pela participação, assiduidade, comportamento, no decorrer de todo Projeto e pela sua colaboração, organização e desempenho durante as apresentações e realizações das atividades proposta.</p>	<p>O projeto será realizado durante o mês de Junho.</p>

Projeto “Interventivo e Reagrupamentos Inter e intraClasse”.



Este projeto é realizado de forma a atender aos estudantes que ainda não alcançaram os objetivos de ensino propostos para o período. Na modalidade remota realizamos o projeto interventivo pelo Google Meet com as professoras readaptadas que atuam como apoio pedagógico.

Objetivo geral	Objetivos específicos	Ações	Avaliação	Cronograma
Contribuir no processo de alfabetização e letramento dos alunos através de atividades lúdicas; Realizar atividades diferenciadas da sala de aula, elaboradas e planejadas a partir de avaliação individual, que mostra de forma efetiva quais dificuldades cada aluno apresenta e quais situações didáticas devem ser promovidas para saná-las. Nivelar os níveis de aprendizagem dos alunos.	Adquirir competência na leitura e escrita; Conhecer diversos portadores textuais; Melhorar a escrita ortográfica; Saber interpretar vários tipos de textos; Planejar atividades voltadas para o domínio do sistema alfabético, leitura e produções de texto; Atender diariamente, em horário contrário ou no mesmo da matrícula escolar, os alunos com maiores necessidades de aprendizagens, em grupos respeitando os níveis de cada um e as distorções idade/série.	Mapear através de avaliação diagnóstica aqueles alunos que se encontram no mesmo nível da psicogênese ou que apresentem alguma necessidade de aprendizagem. Dividir os alunos em grupos (por nível de aprendizagem) de forma a realizar atividades que promovam o avanço do nível de aprendizagem em que o aluno se encontra. Produzir atividades de acordo com o nível de aprendizagem em que o estudante se encontra.	A avaliação será diagnóstica, processual e de forma contínua para que o professor possa rearticular suas práticas de acordo com os seguintes aspectos: participação, interesse, desempenho, engajamento e colaboração. Serão realizados testes da psicogênese e de produção textual de forma periódica para novos reagrupamentos.	O projeto será realizado de março a dezembro de 2020.

Projeto “Transição (sequencial)”.

A passagem para o 6º ano do Ensino fundamental II é marcada por uma série de mudanças que irão representar um saudável desafio para o aluno. É quando a vida escolar também muda, onde as crianças deverão interagir com mais professores, novas disciplinas, conteúdos mais complexos e aprofundados. Tudo isso somado à entrada na adolescência. Para um maior acolhimento nessa passagem de fase, a EC Lamarão, desenvolveu o Projeto Transição com os alunos do 5º ano. Na modalidade remota este projeto acontecerá de forma virtual.

Objetivos	Objetivos específicos	Ações	Avaliação	Cronograma
Promover atividades de adaptação dos alunos do 5º ano; Contribuir para que os alunos tenham uma transição suave em relação a tempo, espaço, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliação.	Promover uma prévia adaptação dos alunos do 5º ano que irão para o 6º; Adquirir segurança para enfrentar a nova etapa; Promover palestras dando espaço para o aluno se expressar e falar das suas emoções.	Visitar a escola que oferta anos turmas de anos finais do ensino fundamental de forma a amenizar a insegurança de alunos e pais com a mudança da etapa; Conhecer o novo ambiente e todos os seus espaços bem como o funcionamento e rotina de aulas; Conhecer os futuros professores bem como o funcionamento de suas aulas.	A avaliação será contínua levando em consideração a singularidade de cada aluno.	O projeto acontecerá de Agosto a dezembro de 2020.



Plano De Ação Anual Da Orientação Educacional - OE

Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional: Julcilene Alves Lopes **Matrícula:** 243988-3 **Turno:** Diurno

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

- Estruturação do espaço físico.
- Promoção da identidade da Orientação Educacional.
- Organização dos instrumentos de registros.
- Análise da realidade.
- Planejamento Coletivo.
- Intervenção e acompanhamento.
- Apoio Pedagógico Individual.
- Ação Pedagógica no coletivo.
- Ações Educativas Individuais
- Ações Educativas no Coletivo
- Integração família-escola
- Atenção pedagógica individualizada.
- Rede de proteção social.
- Rede interna.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania DH	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
Ensino/Aprendizagem	X			Organizar o espaço físico.	Implantação da Orientação Educacional	1º ao 4º Bimestre
				Elaborar formulários e instrumentos de registros.	Implantação da Orientação Educacional	1º e 2º Bimestre
				Estudar e consultar documentos que respaldam a ação pedagógica do(a) Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional.	Implantação da Orientação Educacional	1º ao 4º Bimestre
				Apresentar a Orientação Educacional à comunidade.	Implantação da Orientação Educacional	1º Bimestre
				Proceder o mapeamento institucional.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Sistematizar os dados escolares para organizar o trabalho a ser realizado na Instituição Educacional.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Participar na construção coletiva da Proposta Pedagógica. (PP).	Ações Institucionais	1º e 2º Bimestre
				Contribuir com a promoção, garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, adultos e idosos.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Articular ações e projetos com o Nível Central da Orientação Educacional.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Interagir, participar e articular com profissionais de educação e demais instâncias da escola nas atividades pedagógicas.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Atender individualmente os professores.	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Promover a análise reflexiva e diálogo problematizador da convivência escolar.	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Contribuir com as coordenações coletivas	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Acompanhar Individualmente o estudante.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
				Subsidiar a organização eficiente do trabalho escolar e a rotina de estudo.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
Promover a análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre				
Acolher as famílias e, ou responsáveis, mediando às situações-problemas/desafios apresentados.	Ações Junto às Famílias	1º ao 4º Bimestre				
Autoestima			X	Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre

				superação de preconceitos e discriminação.		
				Fazer a escuta ativa, não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
				Fazer o acolhimento nas situações de busca espontânea ou indicadas.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
				Promover e auxiliar em ações que envolvam essa temática.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
Cidadania	X			Fazer parcerias e articulações com setores governamentais de forma a atuar junto à rede social de apoio da sua localidade, visando um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Mapear as instituições e os parceiros da rede de Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Ações em Rede.	1º ao 4º Bimestre
				Promover a análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
Cultura de Paz	X	X	X	Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
				Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação de Conflitos e projetos correlatos.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Promover a sensibilização e participação coletiva das normas e do plano de convivência escolar.	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Realizar ações preventivas contra a discriminação por motivo de convicções filosóficas, religiosas, ou qualquer forma de preconceito de classe econômica, social, étnica, sexual, enfatizando o respeito à diversidade cultural.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
Desenvolvimento de Competências Socioemocionais			X	Promover ações no âmbito escolar de acolhimento que favoreça a integração de toda a comunidade escolar, com vista ao desenvolvimento e fortalecimento do sentimento de pertencimento, assim como a promoção do engajamento com o processo de escolarização e estratégias de aprendizagem e desenvolvimento.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Realizar ações no contexto de acolhimento à comunidade escolar, destacando a função social da escola na ampliação das possibilidades de conhecimento e desenvolvimento humano.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Contribuir com ações que resgate os valores	Ações Junto aos Professores,	1º ao 4º Bimestre

				fundamentais de convivência e reforçar a importância dos quatro pilares da Educação (Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Aprender.	estudantes, família e em rede.	
				Realizar ações para o conhecimento do corpo, em seus aspectos psicomotor, sensorial, afetivo e emocional.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
Inclusão de diversidades	X	X	X	Auxiliar na reflexão e na sensibilização da comunidade escolar para a prática de educação inclusiva na perspectiva da Educação Especial, da diversidade e dos direitos humanos.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Realizar ações preventivas contra a discriminação por motivo de convicções filosóficas, religiosas, ou qualquer forma de preconceito de classe econômica, social, étnica, sexual, enfatizando o respeito à diversidade cultural. diversidade cultural.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	
Integração família/escola	X	X	X	Contribuir para o vínculo entre a família e a escola acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.	Ações junto à família.	1º ao 4º Bimestre
				Contribuir no planejamento e no desenvolvimento de encontros, ações ou projetos individuais e coletivos com as famílias que orientem quanto aos desafios da vida escolar dos estudantes, bem como sobre cultura escolar e hábitos de estudo.	Ações junto à família e aos professores.	1º ao 4º Bimestre
				Informar e Orientar a família sobre o Sistema de de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente de serviços de apoio social.	Ações junto à família.	1º ao 4º Bimestre
Mediação de Conflitos	X	X	X	Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação de Conflitos e projetos correlatos.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
				Mediar situações de conflito.	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
				Promover a análise reflexiva e diálogo problematizador da convivência escolar.	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Colaborar na aprendizagem a partir de conflitos.	Ações Junto aos Professores	1º ao 4º Bimestre
				Acompanhar individualmente o estudante com utilização de metodologia diversificada de acompanhamento tais como: escuta ativa, mediação, diálogo problematizador, observação participante, histórias de vida, dentre outros.	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre
				Promover a análise reflexiva e o diálogo problematizador com a sensibilização aos estudantes quanto à importância da cooperação para a convivência	Ações Junto aos Estudantes	1º ao 4º Bimestre

				escolar.		
Prevenção e enfrentamento ao uso indevido de Drogas			X	Promover ações para ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como drogas.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	3º Bimestre
			X	Informar e Orientar a família sobre de Garantiade direitos da criança e do adolescente, desenvolvendo atividades que favoreçam o conhecimento dos serviços sociais de apoio existentes, preferencialmente na comunidade.	Ações junto à família.	1º ao 4º Bimestre
			X	Orientar aos pais e/ou responsáveis a respeito de campanhas governamentais, pertinentes à temática.	Ações junto à família.	1º ao 4º Bimestre
Psicomotricidade/ Ludicidade			X	Atuar por meio de projetos que auxiliem o conhecimento do corpo, em seus aspectos psicomotor, sensorial, afetivo e emocional.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
			X	Realização de ações integradas com os professores para oferecer ludicidade na Educação infantil e no Ensino Fundamental, suas interfaces com a psicomotricidade são de grande importância em todo o processo de formação das crianças, auxiliando na aprendizagem, na tomada de consciência corporal, no movimento, na afetividade, na socialização, possibilitando aos alunos atuarem de forma crítica, reflexiva e autônoma na sociedade a qual pertencem.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
Saúde			X	Promover práticas de prevenção ou promoção de saúde, tais como hábitos de higiene, alimentação saudável e higiene bucal.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
			X	Ações voltadas à prevenção ou prevenção do suicídio, ações relacionadas a depressão, ansiedade.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	3º Bimestre
Sexualidades	X	X	X	Prevenção à violência e ao abuso sexual.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
				Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º e 2º Bimestre
				Contribuir com a promoção, garantia e defesa dos direitos da criança e adolescente, com acolhimento ao estudante e/ou família vítima de violação de direitos.	Ações Junto aos Professores, estudantes, família e em rede.	1º ao 4º Bimestre
				Solicitação à Direção de notificação em casos de suspeita à violação de direitos (abuso, exploração, negligência e violência sexual).	Ações Institucionais	1º ao 4º Bimestre
Transição	X		X	Promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar, bem como da transição para a próxima etapa de ensino.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre
				Colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em distorção idade-ano.	Ações Junto aos Professores, estudantes e a família.	1º ao 4º Bimestre

